



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes – ICHCA
Curso de graduação em Relações Públicas

THIAGO BARROSO FREITAS

**A ÉTICA NA PROFISSÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO NO REGIME MILITAR E O CASO DO ADOLF EICHMANN.**

Maceió

2020

THIAGO BARROSO FREITAS

A ÉTICA NA PROFISSÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NO REGIME MILITAR E O CASO DO ADOLF EICHMANN.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Públicas do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção da graduação em: Bacharelado em Comunicação Social – Relações Públicas.

Orientador: Profa. Dra. Manuela Callou

Maceió

2020

**Catálogo na fonte Universidade Federal de
Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

F866e Freitas, Thiago Barroso.

A ética na profissão de relações públicas : uma análise da participação do Regime Militar e o caso Adolf Eichmann / Thiago Barroso Freitas. – 2020.
67 f. : il.

Orientadora: Manoela Callou.

Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso em Relações Públicas) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências, História, Comunicação e Artes. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 60-61.

Anexos: f. 62-67.

1. Brasil - Política e governo - 1964-1985. 2. Eichmann, Adolf, 1906- 1962. 3. Julgamento (Ética) 4. Comunicação. 5. Relações públicas. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA) Curso
de Relações Públicas
ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TCC para obtenção do grau de Bacharel em Relações Públicas (antigo bacharelado em Comunicação Social – hab. Relações Públicas)

Aos 15 de julho de 2020, das 14h30 às 16h20, realizou-se no Curso de Relações Públicas (antigo curso de Comunicação Social), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), na plataforma RNP on-line, a sessão de apresentação do Trabalho de Conclusão de curso (TCC), intitulado "A ética na profissão de relações públicas: uma análise da participação no Regime Militar e o caso do Adolf Eichmann" do(a) graduando(a) THIAGO BARROSO FREITAS, matrícula 14113159, do Curso de Relações Públicas (antigo curso de Comunicação Social - habilitação Relações Públicas), como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Bacharel. A banca foi composta pelo Prof. Dr. Luiz Dantas Vale (1º examinador), Profa. Ms. Edna Carvalho da Cunha (2º examinador) e Profa. Dra. Manuela Rau de Almeida Callou (orientadora). Após exposição oral sintetizando o TCC, o(a) graduando(a) foi arguido(a) pelos membros da banca e em seguida respondeu aos questionamentos levantados. Ao fim da sessão, a banca se reuniu em particular o TCC foi considerado:

(x) Aprovado, atribuindo-lhe a nota 9,0 ()

Reprovado

() Aprovado, condicionado a reformulação, devendo o graduando entregar uma segunda versão de seu trabalho em prazo não superior a _____ dias úteis.

Subscrevemo-nos

Prof.ª Dr.ª Manuela Callou

(orientador)

Luiz Dantas Vale

(1ºexaminador)

(2º examinador)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Deus, pelo dom da vida.
Sem Ele eu não estaria aqui escrevendo estas
palavras.

AGRADECIMENTO

O presente estudo encerra um ciclo de quatro anos de muito aprendizado, superação e dedicação e, ao longo deste tempo, contou com a participação de muitas pessoas que merecem um agradecimento especial: A minha orientadora Manuella Callou, uma pessoa fantástica, na qual colocou-se sempre a disposição e me motivou a seguir meus sonhos, além de ser uma pessoa adorada por todos, fez nascer em mim o interesse mais amplos da profissão, mostrando-me a possibilidade de alcançar patamares mais elevados. Aos professores Guibson Dantas, no qual acompanha minha caminhada de longa data e que desde então esteve sempre presente, contribuindo com reflexões críticas sobre nossa profissão e crescimento pessoal, auxiliando-me com livros, artigos e chamando-me para fazer parte de sua pesquisa científica (Pibic) no ano de 2016. Agradeço também aos demais professores, tais como: Amilton Gláucio, no qual me acolheu nessa jornada na produção deste trabalho, além disso, influenciou-me diretamente, desenvolvendo a habilidade da comunicação, despertando o interesse pela Ética e Oratória; Aloísio Nunes, no qual foi o primeiro professor que me ofereceu a oportunidade de ingressar na pesquisa científica, convidando-me para fazer parte do seu projeto de Pesquisa (Pibic) no ano de 2015, no qual obtive contato pela primeira vez com a pesquisa acadêmica; Sandra Nunes, além de ser uma pessoa muito atenciosa para com os alunos, causou-me empatia de imediato, devido a sua maneira de ensinar, cobrar, investir no aluno e entender as necessidades do estudante; Aos meus pais: Val e Nilda, pelos constantes incentivos para não desistir diante das batalhas do dia-a-dia e pelos exemplos de persistência, justiça e honestidade; A minha querida irmã, Taciana, no qual sempre se orgulhou e vibrou por minhas conquistas; A minha companheira Jenifer que não mediu esforços desde o início para me auxiliar nesta caminhada, através de palavras, abraços de incentivo e amor fez a diferença para o êxito dessa conclusão. Aos meus colegas e amigos que fiz durante esses anos na Universidade. Aos meus amigos de vínculo pessoal. A Universidade Federal de Alagoas que me proporcionou a mudança de caráter, visão de mundo e possibilidade de aspirar dias melhores e contribuir para um mundo melhor. A Deus, a quem tudo devo e sou grato.

“Prezado Professor, sou sobrevivente de um campo de concentração. Meus olhos viram o que nenhum homem deveria ver. Câmaras de gás construídas por engenheiros formados. Crianças envenenadas por médicos diplomados. Recém-nascidos mortos por enfermeiras treinadas. Mulheres e bebês fuzilados e queimados por graduados de colégios e universidades. Assim tenho minhas suspeitas sobre a Educação. Meu pedido é: ajude seus alunos a tornarem-se humanos. Seus esforços nunca deverão produzir monstros treinados ou psicopatas hábeis. Ler, escrever e saber aritmética só são importantes se fizerem nossas crianças mais humanas.”

Autor desconhecido

RESUMO

Esse trabalho se constitui devido ao interesse em estudar um aspecto histórico, no qual sua relevância para a sociedade científica de modo geral, é altamente útil, visto que se trata de um estudo de caso de um personagem que possui, segundo Hannah Arendt, características comuns a qualquer pessoa em quaisquer comunidades. Além disso, esse estudo visa estudar a participação dos profissionais de Relações Públicas, durante o governo ditatorial no Brasil, através da AERP. Sabe-se que os profissionais tiveram um papel importante, alinhado com os militares, pois contribuíram para o controle da opinião pública e valorização da imagem do governo. A problemática que buscamos analisar se insere entre o conflito ético da profissão em se colaborador de um regime ditatorial. Além disso, esse estudo demonstra como agem os meios de comunicação, cujo objetivo é atingir as massas; visibiliza a função de Relações Públicas em um cenário internacional; demonstra vasto conteúdo histórico, no qual foca esse ponto específico do julgamento do “arquiteto nazista”, mas não está restrito apenas ao julgamento em si; insere a importância de um brasileiro no cenário internacional e, por fim, revela-nos que um sujeito comum é capaz de cometer as maiores atrocidades em nome de uma ideologia, fanatismo e/ou princípio, caso não haja uma consciência para discernir o certo ou errado. Por esse motivo a importância do julgamento ético sobre as pessoas, para que não caiam na “banalidade do mal”. Portanto, esse estudo além de fazer uma análise histórica do fato, propõe a importância de se preservar a ética. Além disso, demonstra que a ética deve ser um instrumento de conscientização para alcançar a excelência.

Palavras-Chaves: Ética. Comunicação. Julgamento. Eichmann.

RESUME

This work is due to the interest in studying a historical aspect, in which its relevance to the scientific society in general, is highly useful, since it is a case study of a character who, according to Hannah Arendt, has common characteristics to anyone in any communities. In addition, this study aims to study the participation of Public Relations professionals, during the dictatorial government in Brazil, through AERP. It is known that professionals played an important role, aligned with the military, as they contributed to the control of public opinion and the enhancement of the government's image. The problem that we seek to analyze is inserted between the ethical conflict of the profession in collaborating with a dictatorial regime. In addition, this study demonstrates how the media act, whose objective is to reach the masses; makes public relations function visible in an international scenario; it demonstrates vast historical content, in which it focuses on this specific point of the "Nazi architect" judgment, but it is not restricted to the judgment itself; inserts the importance of a Brazilian in the international scenario and, finally, reveals to us that a common subject is capable of committing the greatest atrocities in the name of an ideology, fanaticism and / or principle, if there is no conscience to discern the right or wrong. For this reason, the importance of ethical judgment on people, so that they do not fall into the "banality of evil". Therefore, this study, besides making a historical analysis of the fact, proposes the importance of preserving ethics. In addition, it demonstrates that ethics must be an awareness tool to achieve excellence.

Keywords: Ethics. Communication. Judgment. Eichmann.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
2. A ATIVIDADE DE RELAÇÕES PÚBLICAS NO ÂMBITO INTERNACIONAL	14
<i>A estrutura teórica do profissional de Relações Públicas.</i>	14
2.1 A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS: UMA VISÃO GLOBAL.	19
2.2 A GLOBALIZAÇÃO E A SOCIDADE GLOBAL	21
2.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS E AS RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS	23
2.4 OS INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO DIRIGIDA	26
3 RELAÇÕES PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DO GOVERNO MILITAR	29
CONTEXTUALIZANDO O PERÍODO DE 1964	
3.1 O PROFISSIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS A SERVIÇO DO GOVERNO MILITAR NO BRASIL	31
3.2 A PARTICIPAÇÃO DA AERP NO PROCESSO DE ALIENAÇÃO DO POVO	32
3.3 COPA DO MUNDO DE 1970: O EVENTO FUTEBOL-POLÍTICO EM PROL DO GOVERNO MILITAR	33
4 ENTRE A ÉTICA E O DEVER: O CASO DE ADOLF EICHMANN	35
<i>Quem foi Adolf Eichmann no Terceiro Reich?</i>	35
4.1 O HOLOCAUSTO E O TRIBUNAL DE NUREMBERG	37
4.2 A GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA.	39
5 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU	41
<i>A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão</i>	41
5.1 HOBBS, ROUSSEAU E KANT: O DESEJO PELA PAZ INTERNACIONAL E A CONCRETIZAÇÃO DA LIGA DAS NAÇÕES.	43
5.2 A CRIAÇÃO DA ONU E AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	45
5.3 OSWALDO ARANHA E A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL ATRAVÉS DA ONU	49
6 O JULGAMENTO DE EICHMANN: AS PERCEPÇÕES SOBRE UM SUJEITO APARENTEMENTE COMUM, SEGUNDO HANNAH ARENDT.	50
<i>A captura de Adolf Eichmann na Argentina.</i>	50
6.1 OS PREPARATIVOS PARA O JULGAMENTO	53
6.2 A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO: REPERCUSSÃO INTERNACIONAL	56
CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	62
(ANEXOS)	64

1 INTRODUÇÃO

Intrínseco a natureza humana encontra-se o elemento da comunicação. O homem, por intermédio das circunstâncias naturais, desde a sua origem, desenvolveu a capacidade inata de se comunicar. Através desse elemento, o homem conseguiu prosperar conforme avançava a linha do tempo, construindo impérios, reputações, sistemas políticos, expressando pensamentos, prospectando resultados positivos a seu favor e/ou de um povo (comunidade).

Entretanto, quando tais elementos são utilizados de maneira inadequada, os mesmos elementos servem para terem o efeito inverso, tais como: declarar guerra a um inimigo, cometer um genocídio, dissimular negativamente sobre terceiros e outras situações insatisfatórias.

Quando o autor de Admirável Mundo Novo (Aldous Huxley) escreveu esse romance em 1931, o mesmo conseguiu capturar características de um mundo distante daquela realidade contemporânea do autor, ou seja, conseguiu visualizar o quanto a sociedade pós-moderna se transformaria. Vários foram os autores que tiveram essa característica de fazer prognóstico dos tempos futuros. No texto em si, fala-se a respeito da questão da comunicação e o desenvolvimento da sociedade. Ora, o admirável mundo já chegou (com alguns aspectos presentes no texto original e outros não).

A preocupação com o avanço da sociedade (tecnológica) não é um caso isolado do século XX. Os próprios gregos já discutiam a questão de quando o homem fosse substituído pela tecnologia. No diálogo Fédon assistimos à condenação da escrita. Platão afirma neste diálogo que a escrita embora pareça um remédio para a memória, ela seria na verdade um mal, uma vez que funcionaria como um veneno para a memorização, não para a memória.

Com o passar dos séculos, avançando para o século XIII, em si mesmo é um renascimento, pois neste século existe um frutuoso renascimento dos estudos clássicos, a redescoberta de Aristóteles por parte dos Árabes e São Tomás de Aquino, no qual “cristianizou Aristóteles”, introduzindo-o na civilização ocidental e o desenvolvimento de uma série de novas experiências no campo do método científico, das técnicas de ensino e educação.

Nesse campo fértil, anos mais tarde, irá introduzir os primeiros passos a pesquisa científica, vindo por Nicolau Copérnico, Giordano Bruno, Galileu Galilei e outros autores da ciência moderna. O avanço tecnológico, na medida em que os séculos se passaram, junto ao crescimento populacional do mundo, criaram-se a todo o momento novos campos de viver em comunidade.

Entrando na era da modernidade, podemos entrar em contato com a maior ferramenta tecnológica inventada pelo homem: A internet. Manuel Castells, quando descreve a questão da sociedade em rede, analisa bem a situação do avanço da tecnologia em nosso dia a dia, mostrando-nos que, dependendo da utilização deste mecanismo, pode ser prejudicial ou não para sociedade.

“A galáxia da Internet” é estudada por Castells (2003) com as imbricações aos negócios e à sociedade. Todo esse processo de instauração da Internet ocorre na década de 70 e culmina com a abertura comercial na década de 90, o que, na visão do autor, faz parte de uma necessidade de reformulação do sistema capitalista, que se deu nesta época.

Além desse novo modelo de capitalismo, através dos meios de consumo midiático da internet, atualmente, torna-se mais claro o quão forte é suspeito pode se dar, ao fenômeno internet, visto que neste campo todas as informações da nossa personalidade estão registrada. O desenvolvimento tecnológico, à medida que é empolgante para uma parte da população, pois traz uma falsa ilusão de liberdade, pode ser utilizada de forma prejudicada, que nem George Orwell possa ter imaginado, ou seja, é uma via de mão dupla.

Os dias vividos pelos Judeus durante a Segunda Guerra Mundial, foi algo semelhante as previsões de George Orwell para o futuro (embora os crimes nazistas já tinha ocorrido quando escreveu 1984). Os Judeus foram colocados em um regime de perseguição, foram condicionados a utilizarem uma “estrela” como forma de identificação. Até o inevitável ocorrer: foram mortos nos campos de concentração.

Massacrados pela máquina de propaganda Nazista, Joseph Goebbles conseguiu convencer a opinião pública da época a sentirem ódio aos Judeus. O Nazismo é reconhecido pela sua forte manipulação dos meios de comunicação de massa, pois se utilizaram desses meios para promoverem a sua ideologia e apontar um inimigo: “o eterno Judeu”.

2. A ATIVIDADE DE RELAÇÕES PÚBLICAS NO ÂMBITO INTERNACIONAL

A ESTRUTURA TEÓRICA DO PROFISSIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS.

Faz-se necessário entender, a princípio, o conceito, o objetivo, a causa da existência da profissão, os campos de atuação, a imagem e reputação das Relações Públicas, para então, compreendermos todos os aspectos que formam e fazem esse profissional no âmbito internacional.

Relações Públicas, como o próprio nome sugere, é um termo que possui diversos significados, segundo Roberto Porto Simões (1995, p. 45), o conceito se divide em seis: *O processo*, este se configura na interação entre públicos-organização, e que dele há um resultado final; *a função*, que compreende a filosofia, políticas, normas e atividades organizacionais, se refletindo em sua relação com os públicos, legitimando ou não o poder de decisão dessa organização frente a esses públicos.

A atividade é um trabalho realizado em um ambiente físico, com materiais e pessoal e tendo como finalidade, organizar uma função; *o cargo*, isto é, ocupa um espaço na organização; *o profissional*, no qual é composto por pessoas que realizam a atividade e são designadas por relações públicas; e por fim, *a profissão*, que é o reconhecimento e legalização profissional da atividade.

Portanto, para Simões (1995, p. 51), de acordo com uma análise histórica e da cultura na qual a profissão se encontrava inserida, o princípio e o fundamento das Relações Públicas “localizam-se na relação de poder entre as organizações e seus públicos, assim como na possibilidade iminente de conflito entre ambos”. Em outras palavras, a razão de existência da profissão se dá porque existem organizações e estas precisam manter uma relação com seus diversos públicos, e por conta disso, podem ocorrer divergências entre esses dois setores. Nesse caso, o profissional estaria no meio desse processo.

Na obra *relações públicas profissão e prática*, os autores definem a profissão de Relações Públicas da seguinte forma:

Uma função de liderança e gestão que ajuda a atingir objetivos, definir a filosofia e facilitar a transformação da organização. Os profissionais das relações públicas se comunicam com todos os públicos internos e externos

relevantes para desenvolver relações positivas e criar coerência entre as metas da organização e as expectativas da sociedade. Esses profissionais desenvolvem, executam e avaliam os programas da organização que promovem o intercâmbio de influências e o entendimento entre as partes e os públicos de uma organização. (LATTIMORE; BASKIN; HEIMAN; TOTH, 2012, p. 23).

Margarida Kunsch (2003, p. 89) explica que as Relações Públicas têm como objeto de estudo e profissão as organizações e seus públicos, promovendo e administrando relacionamentos e, por vezes, mediando conflitos entre essas duas instâncias, se utilizando de estratégias e programas de comunicação de acordo com as diferentes situações que a sociedade contemporânea e a organização vivenciam.

Nos Estados Unidos existe a maior e mais antiga associação de profissionais de Relações Públicas, denominada de Public Relations Society of America (PRSA), no qual há uma declaração oficial acerca da profissão e que diz como função de gestão, as relações públicas englobam:

1. Prever, analisar e interpretar a opinião do público, suas atitudes e as questões de seu interesse que possam influenciar, para o bem ou para o mal, as operações e planos da organização;
2. Assessorar a administração em todos os níveis da organização com relação a decisões sobre políticas, rumos para ação e a comunicação, levando em conta suas ramificações públicas e as responsabilidades da organização para com a sociedade e a cidadania;
3. Pesquisar, conduzir e avaliar continuamente programas de ação e comunicação visando atingir o entendimento do público informado que é necessário ao sucesso das metas da organização. Elas podem incluir relações de marketing, financeiras, de captação de verbas, com funcionários, com a comunidade ou com governos;
4. Planejar e implementar os esforços da organização para influenciar ou mudar políticas públicas;
5. Estabelecer objetivos, planejar, orçar, recrutar e treinar funcionários, desenvolver instalações, em resumo, administrar os recursos necessários para realizar todos os itens acima;
6. Exemplos do conhecimento que pode ser necessário na prática do profissional das relações públicas são: artes da comunicação, psicologia social, sociologia, ciência política, economia e princípios de gestão e ética.

São necessários conhecimentos técnicos e habilidades de pesquisa de opinião, análise de questões públicas, relações de mídia, mala direta, propaganda institucional, publicações, produções de filme/vídeo, eventos especiais, discursos e apresentações.”

Dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas (CAPES), podemos encontrar 12 subespecialidades, nas quais representa diversas áreas do conhecimento, entretanto iremos focalizar em apenas 5 dessas áreas: Direito, Administração, Economia, Ciência da Informação e Comunicação.

Em Relações Públicas, o Direito, apresenta-se em questões de Direito do Consumidor, Teoria Política e algumas generalizações do Direito que seriam as leis propriamente ditas. Neste caso, é de fundamental importância o estudo desta matéria na profissão, uma vez que deixará o aluno em contato com as leis e, principalmente, as do consumidor, visto que é o seu principal foco de trabalho.

Já a Administração, aparece-nos como muita similaridade, pois a profissão de Relações Públicas nasceu do campo da Administração, isto nos leva a ter uma base sólida de conceitos Administrativos. No entanto, o efeito de separação, deixa-nos com uma ruptura identitária, no qual afasta-nos, cada vez mais, deste campo, pois surge uma nova identidade de Relações Públicas, tornando-se uma espécie de “Administrador da Comunicação”.

Com relação Economia, apresenta-nos conceitos e instrumentos básicos de análise da Economia, no qual o objetivo é preparar o estudante a desenvolver uma compreensão dos acontecimentos econômicos e da realidade que o cerca, especialmente da economia brasileira. Além disso, trabalha-se uma visão crítica acerca dos pilares de conteúdos e categorias econômicos, mas também do papel dos agentes econômicos, ligados à realidade econômica mundial e brasileira, na atualidade.

O século XXI, com o advento da internet, transformou as profissões de modo geral. Com Relações Públicas não foi diferente. A grande área da Ciência da Informação apresenta-se ao curso de Relações Públicas no sentido de colocar o profissional em contato com o mundo globalizado. Trazendo conceitos atuais, mostra-se a importância do profissional dominar conceitos cibernéticos, visto que o

consumidor, muitas das vezes, apresenta-se como virtual. Além disso, dependendo do campo de atuação que o profissional esteja alocado, possuir o domínio desta ferramenta será um diferencial.

O campo da comunicação é onde se encontra alocado os profissionais de Relações Públicas. Este se apresenta ao curso de forma explícita ou disfarçada, do início ao fim do curso, visto que a exploração dos conceitos teóricos, geralmente dos primeiros anos de curso, trará bases sólidas para a continuação da graduação. Além disso, tudo envolve a comunicação, seja ela oral, verbal, corporal, escrita. Esses mecanismos encontram-se presentes em todo momento no curso de Relações Públicas.

Passando para próxima área do conhecimento, dentro da tabela Capes (Ciências Humanas), podemos localizar 10 áreas de conhecimento, dentre as quais estaremos focalizando apenas em 7 delas: Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, Educação e Ciência Política.

Os cursos universitários da atualidade possuem, diretamente ou não, influência vinda da Filosofia, visto que esta foi a precursora dos principais campos do saber, uma vez que os antigos filósofos gregos se preocupavam com a Filosofia e dividiram-na em: Exatas, Humanas e Biológicas. A Filosofia representa uma importância na profissão de Relações Públicas, assim como em qualquer outra função, pois ela auxilia em pontos de características humanas e, principalmente, profissionais. Haja vista o código de ética, no qual possui influência da Filosofia.

A Sociologia apresenta-se como uma área que fica responsável por estudar a sociedade e o comportamento humano. O objeto da profissão de Relações Públicas são organizações e relacionamentos. Ora, há uma influência desta área (além de importância), pois ajuda ao profissional a elaborar o mapeamento e conhecimento da sociedade em que o mesmo (Relações Públicas) está envolvido. É de extrema importância para o profissional conhecê-la, pois auxilia nas questões que envolve as relações humanas.

A Antropologia, não tão distante da Sociologia e da Filosofia, também lhe dão com grupos de pessoas e tem um foco maior no ser humano. A mesma poderá auxiliar os alunos/profissionais com as principais classes do conhecimento

antropológico; progredir sob a prática da relativização e consideração/diálogo com a diferença, além de proporcionar as bases de instrumentos metodológicos da antropologia, as quais poderão desenvolver no profissional um profundo conhecimento sobre questões étnicas e do humano.

O conhecimento histórico sob aspectos globais (conhecimentos gerais) é bem prestigiado sob o ponto de vista de qualquer pessoa. Aos profissionais de Relações Públicas não pode ser diferente. A história serve-nos como um instrumento de conhecimento do passado, entretanto pode-nos a auxiliar no futuro – principalmente a não cometer erros já ultrapassados pelo tempo -. A História, além disso, é de fundamental importância a profissão, pois dará bases para o profissional ter conhecimento sobre seu público alvo, no que diz respeito a tradição.

A Psicologia possui influência primordial na profissão de Relações Públicas. O profissional estará utilizando das suas técnicas, conscientes ou não, sempre. Psicologia das massas e análise do eu (Sigmund Freud, 1921), possui influência enorme para os estudantes de comunicação, em especial de Relações Públicas, pois uma das suas funções é influenciar os seus públicos, embora positivamente, porém o estudo de massas, feito por Freud e outros teóricos traz uma importância relevante a formação do estudante e as técnicas, aos profissionais atuantes no mercado.

A especialidade Educação possui um saber amplo, pois ela se apresenta de diversas formas. À profissão de Relações Públicas ela possui importância, no sentido de educar aos públicos alvo em que o mesmo deseje. A exemplo de uma publicidade, visto que esta não reproduz por fins comerciais. Além disso, a Educação não está inserida apenas neste aspecto na profissão, isto apenas é uma característica micro diante do macro que engloba o tema Educação.

Encerrando o ciclo das Ciências Humanas, abordaremos a Ciência da Linguagem, em que está resumida entre: Linguística, Letras e Artes. Em Linguística a sua relevância aos Relações Públicas é fundamental, uma vez que a formação e o instrumento de trabalho deste profissional é fenômenos linguísticos (linguagem, língua, fala). Devemos o pensamento, nesta área, a influência de três autores aos quais serão abordados: Roland Barthes, Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson, visto que eles possuem uma importância relevante nesta área.

Letras é inseparável a profissão, pois estamos em constante contato com a mesma. A sua influência ocorre em desenvolver as questões discursivas, visando entender os critérios de textualidade, levando em conta os recursos gramaticais da língua. Além disso, ajuda-nos a interpretar elementos semânticos, gramaticais e discursivos no texto e a produzir textos claros e adequados à situação de comunicação. Tudo isto auxilia ao profissional em seu dia a dia.

Com relação à Arte, essa que está de certa maneira de modo adaptada em propagandas, publicidades e planejamentos de comunicação para persuadir os seus públicos alvos, tem relevância na profissão, justamente por este aspecto: o de concretizar uma ideia. A Arte, além da característica física (em cartaz, outdoor, campanhas de Marketing/Relações Públicas), ela se encontra no cotidiano do profissional de diversas maneiras.

Portanto, a união destas áreas de conhecimento trará bases sólidas aos estudantes/profissionais. Entendê-las a fundo, ajudarão a alcançar patamares elevados. Além disso, a discussão detalhada destas áreas do saber trará um novo olhar sob a profissão de Relações Públicas: uma função diversificada, na qual está preparada para assumir desafios dos mais diversos possíveis.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS: UMA VISÃO GLOBAL.

O papel da ética para sociedade é fundamental para promover o equilíbrio das forças naturais humanas, nas quais podem ser liberadas em uma experimentação de sociedade anarquista, embora naquele ambiente possamos encontrar princípios éticos involuntariamente.

A função da ética não é desempenhar nas pessoas uma ferramenta de opressão, do que seja o certo ou errado, mas sim orientar o que é correto ou não fazer. Isto pode estar intrínseco em uma cultura, em um ambiente organizacional ou em uma estrutura familiar. Onde existir pessoas, existirá conceitos éticos aos quais remeterão a busca da excelência.

Ao fazermos uma análise sobre a importância que a ética possui na atividade de Relações Públicas Internacionais, necessariamente precisamos partir do

princípio, no qual Relações Públicas Internacionais encontram-se inseridas, ou seja, na sociedade internacional.

Na metade da década de 50 (1955), em Londres, é criada a associação internacional de relações públicas (International Public Relations Association - ipra). os membros fundadores eram da França, Grã-Bretanha, dos países baixos, Noruega, estados unidos o primeiro presidente foi fife clark, da Grã-Bretanha. de imediato, os membros da ipra aprovaram seus estatutos. lesley. (CABESTRÉ, 2004, pg 14)

Um dos códigos da profissão é o então conhecido código de Atenas, no qual foi criado em uma assembleia geral do Centre Européen des Relations Publiques em 11 de Maio de 1965, cujo amparo teve sobre a International Public Relations Association (IPRA).

Podemos constatar uma distinção entre o Código de Atenas e os Códigos de Lisboa e PRSA, uma vez que a primeira se autodenomina uma espécie de Código de Ética, os outros dois incorporam características de serem códigos de conduta profissional. Neste caso, o Código de Atenas, por ser mais abrangente e possuir um referencial teórico mais ético, a mesma se baseia nos princípios morais aos quais se referem a “Declaração dos direitos humanos”, desta forma sendo adaptável ao enquadramento universal.

O Código de Lisboa (1978) busca enfatizar os padrões de comportamento do profissional de Relações Públicas com a entidade patronal ou cliente, além disso, o mesmo se refere à relação que os profissionais estabelecem com os colegas de profissão.

As técnicas de Relações Públicas estiveram presentes entre as duas guerras mundiais, sendo a última a de maior relevância, visto que o ministro da propaganda nazista (Joseph Goebbels) se utilizou das técnicas de propaganda, influenciadas, algumas vezes, através dos ensinamentos do primeiro teórico da profissão, Edward Bernays (Cristalizarea Opiniei Publice).

Ao término da segunda guerra mundial, três anos depois (1948) surge a Declaração Universal dos Direitos do Humanos, no qual comentaremos a respeito da mesma, trazendo alguns dos seus artigos, aos quais influenciaram/contribuíram no processo de desenvolvimento da profissão e no código de ética de Relações Públicas no Brasil.

2.2 A GLOBALIZAÇÃO E A SOCIEDADE GLOBAL

A comunicação é de extrema importância ao ser humano, pois é através dela que se pode partilhar, trocar e repartir ideias ou coisas. Muitos conceitos são dados a comunicação, desde à Grécia antiga, com a teoria da comunicação denominada retórica, à os dias atuais, que basicamente se resume à interação entre pessoas por meios ou canais.

A ideia de globalização encontra-se em processo de desenvolvimento desde 1492 (descobrimto da América por Cristóvão Colombo), uma vez que o novo mundo se inseriu na conectividade com o mundo antigo. Desta forma, a medida que a tecnologia avança e a interatividade cada vez mais instantânea com locais distantes, essa ideia de globalização vai se fortalecendo, a ponto de se tornar uma grande aldeia global.

A comunicação diante de sua complexidade, com o passar do tempo, ganha mais sentido, atingindo um público maior, tanto do emissor como: os meios e canais de transmissão (rádio, jornal, televisão e cinema); quanto do receptor (público alvo). Com isso passa a ter forte influência na Publicidade e Propagando, onde, a mensagem enviada passar ter conceitos e ideologias conforme o emissor, ou seja, a informação; que acaba numa relação de troca, de mensagens e de informações/conteúdos. Uma outra área ajudou muito na construção das teorias sobre comunicação, a Psicanalise.

A psicanalise de Freud tem ajudado muito o campo da comunicação, pois ao estudar o inconsciente do homem, se ganha noção de como o mesmo age diante de uma informação a ser passada. Hoje a psicanalise é de grande importância no estudo da comunicação em si. Além disso, a linguística também tem seu papel fundamental, pois Saussure, fala sobre língua e linguagens tendo também muita influência na comunicação. Então dentre dessa análise, o inconsciente age de forma a expressar sentimentos ou não-sentimentos, utilizando-se da língua que através de dela passa dar um sentido com uma linguagem, iniciando assim uma comunicação.

Marshall McLuhan, no campo da comunicação, foi o precursor da ideia de conectividade global, no qual ele intitulou de “Aldeia Global”, ou seja, de maneira

futurística, ele previu que com avanço tecnológico a civilização poderia manter contato com as partes mais isoladas do mundo.

McLuhan tinha confiança que as pessoas, devido ao nascimento da imprensa, estavam isoladas, pelo motivo de que cada um era capaz de avaliar, refletir e viver solitariamente. Entretanto, o teórico observou que devido ao que intitulou como “civilização da eletricidade”, haveria uma transformação e retornaríamos ao passado na medida em que os homens conviveram ao mesmo tempo em grupo – a diferença é que isso seria promovido por uma estrutura virtual.

McLuhan defende que a partir do advento e do desenvolvimento tecnológico dos novos meios de comunicação (como a TV e o telefone, por exemplo), o mundo se interligaria completamente, havendo, assim, uma intensa troca cultural entre os diversos povos, aproximando-os como se estivessem numa grande aldeia inteiramente conectada.(LIMA e FILHO, 2009, p 1 e 2)

Outro teórico que contribuiu para fortalecer a ideia de globalização e sistema de conectividade global foi Manuel Castells, no qual o mesmo defende a tese de uma sociedade em rede, conectada e interativa. Nota-se também a presença da tecnologia como requisito básico para manter a sociedade em rede conectada, ou seja, interligada. De acordo com Manuel Castells:

O Japão, tanto quanto a Espanha, a China, o Brasil e os EUA são e serão, ainda mais no futuro, sociedades informacionais, pois os principais processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder política/militar e comunicação via mídia já estão profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globais de riqueza, poder e símbolos que funcionam sob essa lógica.(CASTELLS, 1999, p.38)

A medida que a tecnologia for aumentando, conseqüentemente a conexão global estará cada vez mais instantânea, ou seja, a sociedade em rede estará intensificada a ponto de mudanças estruturais ocorrerem na civilização contemporânea.

2.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS E AS RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS

À medida que o processo de globalização expande, há algumas consequências visíveis que podem ser identificadas, tais como o fluxo imigratório para os países desenvolvidos, as pessoas tiveram acesso a produtos de outros países com mais facilidade e a disputa internacional entre as empresas no livre mercado.

Com a globalização intensificou-se o processo de disputa mercadológica. Com o conjunto de elementos que contribuem para o processo de consumo em larga escala, a disputa territorial não se limitou às fronteiras e as empresas que antes comercializavam apenas ao público local, à medida que foram crescendo tornaram-se multinacionais.

A princípio a internacionalização das empresas teve origem na Revolução industrial, visto que a transformação tecnológica no processo de fabricação modificou a lógica da produção. Iniciou-se o período em que as máquinas tinham a capacidade de produzir em larga escala.

Além disso, para que as empresas possam avançar, passando da abrangência local para internacional, não depende apenas do capital financeiro, mas também do capital humano. Com a explosão geográfica ocorrida no mundo na metade do século XX, contribuiu para que o crescimento da mão de obra preenchesse diversas áreas dos países no fluxo migratório. Houve algumas problemáticas nesse avançar (revolução russa, greves no mundo devido a exploração do trabalho, direitos trabalhistas e uma infinidade de fatores), no qual não serão destaque em nossa pesquisa. Idalberto Chiavenato descreve a respeito desta complexidade:

A mecanização do trabalho levou à divisão do trabalho e a simplificação das operações, fazendo com que os ofícios tradicionais fossem substituídos por tarefas semi-automatizadas e repetitivas, que poderiam ser executadas com facilidade por pessoas sem nenhuma qualificação e com enorme simplicidade de controle. (NASSAR, 2007, p 49 Apud CHIAVENATO, 1993, p 38)

Porém, ao realizarmos uma observação de prós e contras, podemos verificar que a internacionalização das empresas está associada, com o avanço tecnológico, no qual permite a redistribuição dos materiais produzidos e a interatividade com diversas regiões do planeta. Em contrapartida, o avanço tecnológico trouxe

escassez, na mão de obra por parte das empresas, uma vez que a tecnologia expande e ingressa no mercado de trabalho, o homem é substituído pela máquina.

Desta forma a internacionalização das empresas, embora traga benefícios ao consumidor final, há contrariedades no que diz respeito a mão de obra humana. É certo que a revolução industrial, no início houve impactos na produção em larga escala, entretanto, a indústria 4.0 poderá gerar uma massa de desempregados, visto que cada vez mais o homem é substituído pela inteligência artificial e suas ramificações.

A medida que as empresas vão se tornando cada vez mais abrangente no mercado internacional, surge a figura das Relações Públicas Internacionais, ou seja, são profissionais alocados para representar perante a opinião pública os interesses das instituições a que defendem.

Além disso, a nomenclatura Relações Públicas Internacionais surge de uma convergência entre dois campos de atuação: Relações Públicas e Relações Internacionais. Embora pareçam semelhantes na nomenclatura, há divergências e convergências entre as duas áreas de atuações. Enquanto Relações Públicas encontra-se em uma situação local, defendendo os interesses de instituições públicas ou privadas, Relações Internacionais é o estudo e/ou profissão em que faz parte do governo de cada nação, no qual objetivo é defender o interesse de seus respectivos países.

As Relações Públicas Internacionais se destacam nitidamente pelos esforços de planejamento empreendidos por organizações que se movem entre muitas culturas, para estabelecer relações com públicos de outros países. (NASSAR, 2007, p32)

Vale ressaltar que devido a interconectividade continental, as Relações Públicas podem tomar proporções Internacionais. Da mesma maneira os profissionais de Relações Internacionais podem atuar sendo representantes de instituições no lugar de relações públicas.

As circunstâncias naturais, desde a sua origem desde a origem da humanidade, o homem desenvolveu a capacidade inata de se comunicar. Através desse elemento, o homem conseguiu prosperar conforme avançava a linha do tempo, construindo impérios, reputações, sistemas políticos, expressando pensamentos, prospectando resultados positivos a seu favor e/ou de um povo (comunidade).

Entretanto, quando tais elementos são utilizados de maneira inadequada, os mesmos elementos servem para terem o efeito inverso, tais como: declarar guerra a um inimigo, cometer um genocídio, dissimular negativamente sobre terceiros e outras situações insatisfatórias. Por esse motivo, há de ocorrer a situação, na qual a comunicação transforma-se em instrumento da negociação, ou seja, por intermédio do diálogo, o homem consegue minimizar os conflitos e maximizar as relações amistosas.

Para evitar as situações negativas, trabalhando a parte positiva desses dois elementos, há necessidade de utilizar do benefício da Diplomacia em favor para gerenciar os bons resultados. Para que a comunicação possa ocorrer efetivamente, nos moldes interpessoais, faz-se necessário a presença (física ou virtual) de uma segunda (ou mais) pessoa(s), que neste caso seria o receptor/emissor.

A ideia de Diplomacia sempre esteve presente na sociedade, embora o seu reconhecimento, conforme entendimento contemporâneo venha ter sido ocorrido a partir de meados do século XX. Porém, a partir do momento em que a sociedade se organiza em governos/estado, as características diplomáticas estão presentes, uma vez que ela é instrumento chave de uma política externa para qualquer governo democrático. O homem é um animal político, logo a Diplomacia está integrada ao homem.

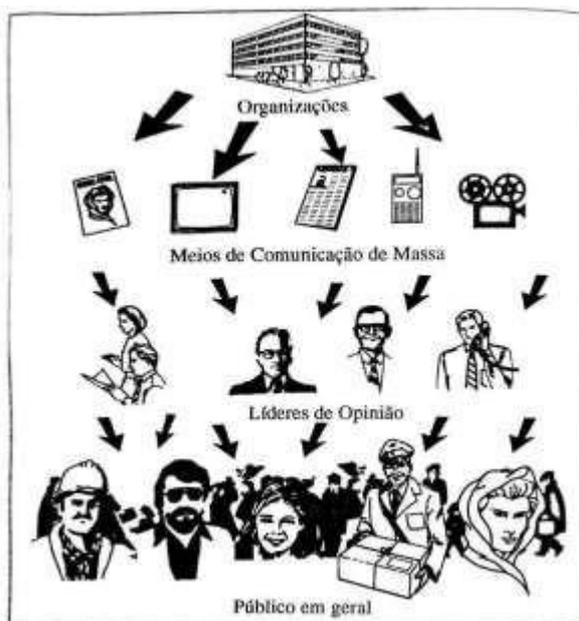
No tocante a Relações Públicas, embora seja uma profissão que venha a se tornar conhecida a partir do início do século XX, também podemos encontrar algumas características isoladas das funções da profissão em determinados momentos históricos.

A medida que a civilização desenvolve as tecnologias, as profissões vão se transformando. As Relações Públicas Internacionais, com o avançar tecnológico e a inteligência artificial substituindo a mão de obra humana, poderá um dia ser representadas de maneira virtual, uma vez que a aldeia global revolucionou a maneira de como o homem se relacionar.

2.4 OS INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO DIRIGIDA

Para atingir os objetivos previamente planejados, na área das relações públicas internacionais existem diversas ferramentas, no qual o profissional poderá utilizar para alcançar a sua finalidade.

A organização que o profissional faz parte tem como objetivo alcançar determinados setores da sociedade, no qual objetiva transformar a opinião das pessoas, ou seja, manipular a opinião pública. Para que isso se realize será necessário um estudo prévio de qual meio de comunicação utilizará para alcançar o objetivo almejado.



Quadro 3.1 O conceito tradicional do fluxo de influência, baseado em uma teoria lesleyana em 1945

LESLEY, Thomson Pioneira, Os fundamentos de Relações Públicas e das Comunicações, Quadro 3.1, 2002, pg 52

Conforme o quadro acima menciona a organização, no qual o profissional está inserido, inicia o processo de influência, entretanto este é o modelo clássico da comunicação, uma vez que os meios de comunicação de massa, na atualidade, transformaram-se em fluxos de troca de informação. O público geral não recebe a informação e exclusivamente dos meios de comunicação de massa tradicional, ou seja, a tecnologia/internet proporcionou às pessoas comuns (público em geral) a trocarem informações e, além disso, serem elas próprias líderes de opinião. Mas os

governos estão sempre a procura de formas de manipular e atingir determinado grupo.

Em tais circunstâncias, é preciso desviar a atenção do rebanho desorientado, porque se ele começar a perceber o que está acontecendo pode não gostar, já que é ele que sofre com a situação. Assistir ao futebol americano e às séries de TV pode não ser suficiente. É preciso incutir nele o medo dos inimigos. Na década de 1930, Hitler incutiu na população o medo dos judeus e dos ciganos. Era preciso aniquilá-los para se defender. [...] Antes de meados da década de 1980, quando a pessoa estava apática, bastava tocar o refrão: “Os russos estão chegando.” Mas como ele não dispõe mais desse recurso, tem de inventar outros, exatamente como a máquina de relações públicas de Reagan fez na década de 1980. Então foi a vez dos terroristas internacionais, dos narcotraficantes e dos árabes enlouquecidos, e ainda de Saddam Hussein, o novo Hitler que ia dominar o mundo. É preciso que eles surjam um em seguida ao outro. Você assusta e aterroriza a população, intimidando-a a tal ponto que ela fica com medo de viajar e se encolhe apavorada. Em seguida você conquista uma magnífica vitória sobre Granada, Panamá ou algum outro exército indefeso do Terceiro Mundo que se pode triturar num piscar de olhos – que foi exatamente o que aconteceu. Isso dá uma sensação de alívio. (CHOMSKY, 2013, p 21)

A febre teórica surgiu na França na década de 60 no qual emanou da teoria pós-estruturalista. Pensadores como Roland Barthes, Jaques Lacan, Michel Foucault, foram objetos de adoração por seus seguidores. As teorias são perspectivas que esclarecem acontecimentos exclusivos, além de terem pontos cegos e barreiras que lhes restringem o foco.

Douglas Kellner revela que somente através de estudos sólidos as teorias podem ser desenvolvidas e examinadas, provando-se sua eficácia hermenêutica e crítica. E o efeito político de uma teoria só pode ser elaborada e avaliada por intermédio do diagnóstico de suas implicações sobre a prática.

O teste de uma teoria consiste, pois, em seu uso, seu desenvolvimento e seus efeitos. Dessa perspectiva, as teorias são vistas como úteis ou deficientes em sua aplicação e em seus efeitos. As abordagens contextual-pragmática e multi perspectiva, portanto, trabalham juntas a fim de abrir a investigação teórica para uma multiplicidade de discursos e métodos. As teorias e os discursos são mais ou menos úteis dependendo da questão em pauta, da aplicação específica da teoria nas mãos do teórico e dos objetivos pretendidos. (KELLNER, 2001, pág. 41)

Foi o que fizeram os pensadores na escola de Frankfurt. A escola de Frankfurt foi pioneira nos estudos críticos da comunicação, na qual, embora também possamos analisar algumas de suas limitações. Mas afinal quais seriam tais limitações? Segundo Knewits (2009, pág. 2), as limitações estão relacionadas ao fato de “se referirem a uma teoria informacional dos processos comunicativos”.

A escola de Frankfurt desenvolveu seu modelo de indústria cultural entre anos de 1930 até os anos 1950. Já os estudos culturais britânicos apareceram nos anos 1960 como um plano de abordagem da cultura a partir de ponto de vista críticas e multidisciplinares que foi organizado na Inglaterra.

Os estudos culturais britânicos estabelecem a cultura no campo de uma teoria da produção e reprodução social, mencionando as maneiras como as formas culturais serviam para elevar a dominação social ou para permitir a resistência e a luta contra a dominação.

Os estudos culturais, portanto, assim como a teoria crítica da Escola de Frankfurt, desenvolvem modelos teóricos do relacionamento entre a economia, o Estado, a sociedade, a cultura e a vida diária, dependendo, pois das problemáticas da teoria social contemporânea. No entanto, também utilizam muito as teorias da cultura. O ponto crucial é que, subvertem a distinção entre cultura superior e inferior – como a teoria pós-moderna e diferentemente da Escola de Frankfurt – e assim valorizam formas culturais como cinema televisão e música popular, deixadas de lado pelas abordagens anteriores, que tendiam a utilizar a teoria literária para analisar as formas culturais ou para focalizar sobretudo, ou mesmo apenas, as produções da cultura superior. (KELLNER, 2001, pág. 49)

Além disso, o entretenimento está ligado a uma ideia de distrair como uma forma de passatempo, além disso de despertar prazer no indivíduo. Por esse motivo, os meios de comunicação, neste caso estudado por Kellner seria a televisão, submete o sujeito passivo a consumir o produto da indústria cultural, sem que o mesmo reflita das problematizações que tais contatos lhes proporcionam:

O prazer em si não é natural nem inocente. Ele é aprendido e, portanto, está intimamente vinculado a poder e conhecimento. [...] Aprendemos o que apreciar e o que evitar. Aprendemos quando rir e quando aplaudir (e a claqué eletrônica das comédias de televisão nos dão a deixa em caso de distração). Um sistema de poder e privilégio, portanto, condiciona nossos prazeres de tal modo que procuramos certos prazeres sancionados socialmente e evitamos outros. Algumas pessoas aprendem a rir de piadas racistas e outras aprendem a sentir prazer com o uso brutal da violência. Por conseguinte, os prazeres muitas vezes são uma resposta condicionada a certos estímulos. (KELLNER, 2001, pág. 59)

A depender do objetivo proposto, os instrumentos de comunicação dirigida para cada finalidade possuem o seu grau de acerto. Caberá ao profissional a tomada de decisão sobre qual meio utilizar para alcançar o seu objetivo inicial. Basicamente o conceito tradicional do fluxo de influência, ou seja, de comunicação dirigida para alcançar os ideais inicia-se no planejamento.

3 RELAÇÕES PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DO GOVERNO MILITAR

CONTEXTUALIZANDO O PERÍODO DE 1964

As duas obras principais aqui estudadas referem-se a um momento de grande confusão didática, temporal e ideológica por parte de alguns autores. Dentre as fontes estudadas, estão dois pesquisadores antagônicos entre si (Marcos Napolitano, no qual tem uma vertente ideológica mais crítica perante o cenário de 1964 a 1985, e Marcos Antônio Villa, na qual tem um direcionamento mais favorável em alguns aspectos, uma vez que defende alguns momentos da política do regime militar).

Para entendermos esse período de 1964 a 1985, devemos voltar alguns anos para compreender a situação que o mundo e o país se encontravam. Após o término da Segunda Guerra Mundial (1945), o mundo ficou dividido em dois blocos econômicos e deu-se início a um período conhecido como Guerra Fria (de um lado Capitalismo, representado pelos Estados Unidos da América e do outro lado Socialismo, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). O mundo estava vivenciando uma bipolarização.

No Brasil também não era diferente. Para reforçar essa ideia, o autor Marcos Antônio Villa, em seu livro afirma que “em 1964 o Brasil era um país politicamente repartido. Dividido e paralisado. Crise econômica, movimentos grevistas, ameaça de golpe militar, marasmo administrativo. A situação era muito tensa”. (VILLA, P. 5, 2014).

Por um lado temos o autor Marcos Antônio Villa, que em seu livro quebra o senso comum que envolve a época da Ditadura militar (defendida por ele como um regime militar). O autor faz um recorte histórico de antes, durante e depois do Regime Militar. O autor afirma que o processo de “Golpe” era uma tradição na política brasileira.

Ele cita alguns casos: Golpe do Estado Novo, Queda do Getúlio em 1945, em 1961 a crise de renúncia de Jânio Quadros, o Pcdob manda em Março de 1964 o primeiro grupo guerrilheiro treinar na China e outros fatos históricos. O autor chega a afirmar que a cultura democrática não existia no Brasil.

O autor diz que havia várias possibilidades de golpe (Direita ou Esquerda), isso leva a crer que nenhuns dos lados estavam interessados em lutar por

democracia. De um lado os militares, querendo implantar um regime militar. Do outro lado, os Revolucionários esquerdistas, querendo implantar uma revolução armada, com influência Cubana, no qual não há política e muito menos democracia.

Por esse motivo o livro leva o título de Democracia “golpeada a Esquerda e a Direita”. O autor revela que a intervenção em 1964, achava-se que seria algo temporário. Em 1o de Abril caçou o mandato de Jango, assumiu, o Presidente da Câmara dos Deputados, até a eleição indireta de Castelo Branco, no qual iria “garantir” as novas eleições.

Além disso, o autor revela que, a rigor e no sentido clássico da palavra, regime ditatorial só aconteceu entre dezembro de 1968, quando da promulgação do Ato Institucional No 5; a 31 de Dezembro de 1978 quando foram revogados os atos institucionais e complementares, porque nos outros anos, entre 1964/68; e 1978/84, quando aconteceram as eleições indiretas para presidente da República, o regime manteve o Congresso Nacional e as instituições funcionando, inclusive as Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

Por outro lado, temos o autor Marcos Napolitano que em seu livro, busca responder algumas questões que ele próprio coloca aos leitores: Jango foi o responsável pela crise de 1964? O golpe foi puramente militar ou civil -militar? A ditadura para valer só começou com o AI-5, em 1968? A esquerda armada foi a principal responsável pelo acirramento da violência de Estado? As artes e a cultura de esquerda estavam inseridas na indústria cultural ou foram meras concessões episódicas por parte desta?

A sociedade, predominantemente, resistiu ou apoiou a ditadura? A abertura do regime foi um movimento consciente dos militares, que preparavam a sua saída do poder sem hesitações?

Respondendo essas perguntas, na visão de Napolitano João Goulart foi apenas um dos motivos para a implantação da intervenção militar, uma vez que ele era um presidente muito difícil de definir (se estava fazendo o jogo da esquerda, se estava ao lado da democracia ou da direita). Além disso, segundo o autor existiu um Golpe civil-militar, uma vez que houve pressão popular entre alguns grupos da sociedade: a igreja católica, setores ligados ao exército e outros grupos laicos. Ainda segundo o autor, o Regime militar começa a partir de 1964 (diferente da visão

do autor Marcos Antônio Villa). Feita essa análise teórica a respeito da Ditadura Militar (Regime Militar).

3.2 O PROFISSIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS A SERVIÇO DO GOVERNO MILITAR NO BRASIL.

Ao término da segunda guerra mundial, inicia-se guerra fria. Estados Unidos e União Soviética se enfrentam, no campo ideológico, buscando assumir o posicionamento de liderança mundial. Entrando no contexto brasileiro, em 1967 a profissão de Relações Públicas dá os primeiros passos para regulamentação, no qual ocorre no ano posterior.

A problemática é que durante esse período (Regime Militar), há uma divergência com o que diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos, não sendo um ato isolado na terra brasileira, pois conforme podemos constatar por intermédio do escritor Eduardo Galeano - As veias abertas da América Latina - os países latino-americanos sofreram golpes no processo democrático, no qual foram de encontro a essência da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No Brasil, a carreira de Relações Públicas tem a sua regularização estabelecida em 26 de setembro de 1968 através da lei nº 5.377, entretanto, antes dessa regulamentação, sabe-se que a profissão era exercida desde quando Eduardo Pinheiro Lobo trouxe as técnicas de Relações Públicas para serem aplicadas no Brasil. Cria-se, em 15 de janeiro, a AERP, pelo decreto nº. 62.119, com competência para administrar o sistema de relações públicas no âmbito do Poder Executivo.

A implantação do sistema de comunicação do governo federal se concretizou com a inauguração da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), dependente do Gabinete Militar da Presidência, cuja função inicial foi ordenar os fluxos e mensagens de comunicação entre o poder central, órgãos setoriais e a sociedade civil como um todo.

No início de 1970, a AERP apresenta o planejamento anual de suas campanhas, propondo, entre outros, os seguintes objetivos: "a) Fortalecimento do caráter nacional, estimulando principalmente o civismo, a coesão familiar, a fraternidade, o amor ao trabalho e a vocação democrática do povo brasileiro; b) Contribuir para o incremento de uma sadia mentalidade de segurança nacional, indispensável à defesa da democracia

e à garantia do esforço coletivo rumo ao desenvolvimento; c) Revigorar a consciência nacional de que o desenvolvimento exige a participação de todos, baseado principalmente nas virtudes do homem brasileiro e nas potencialidades físicas do país; na constatação do progresso já alcançado e no imperativo de sua aceleração; em um espírito nacionalista ativo, realista, equilibrado e empreendedor; d) Obtenção da confiança popular na equipe do governo, salientando suas características de honestidade, austeridade, compreensão dos anseios do povo e espírito renovador”.. (MATOS apud PEIXOTO, História das Relações Públicas, p 178, 2008

A AERP se responsabilizava a instituir canais de comunicação entre governantes e governados como forma de conquistar a integração do sistema político para o cumprimento do projeto governamental estabelecido pelo governo militar. Além disso, construiu os princípios que nortearam as ações de comunicação social do governo: legitimidade, impessoalidade e verdade, como valores éticos, e integração e eficiência como marcos da ação operacional do sistema de comunicação.

Mais uma vez o governo utilizou-se das técnicas de Relações Públicas para explorar a conquista do Tricampeonato mundial de futebol pela seleção brasileira. Somente no período de redemocratização (1985), surge o código de ética da profissão, no qual buscaremos fazer um contraponto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e tentar localizar as suas influências encontradas no documento que norteia a profissão.

Por fim, surge em 1988 a constituição federal, no qual traz pontos de grande importância para a Democracia do país, avançando no ideal proposto pela declaração da ONU. A partir dos 2000 entramos na era digital, no qual a profissão ganha novas interfaces, porém estando de acordo com a declaração da ONU e mantendo a sua essência. A internet revolucionou diversos segmentos da sociedade e a profissão de Relações Públicas Internacionais não ficou de fora: teve que se reinventar.

3.3 A PARTICIPAÇÃO DA AERP NO PROCESSO DE ALIENAÇÃO DO POVO

No período do então presidente Médici, com a criação da AERP, a política de comunicação governamental adotou também a tarefa de utilizar os meios de comunicação como ferramentas de transmissão dos valores e ações do projeto, complementando a face de domínio das informações.

A centralização do planejamento da comunicação governamental na AERP permitiu a sistematização das estratégias de produção e veiculação da mensagem governamental, com os mais modernos critérios e técnica.

Apesar dos jingles e das propagandas impressas, o maior foco da AERP, era em propagandas para televisão. O coronel Octávio Pereira da Costa promovia “filmetes” e spots que variavam de 30 segundos, até, no máximo, três minutos, além de alguns pequenos documentários. Dentre o período de 1970 a 1973 foram produzidos 396 peças publicitárias, sendo 191 para a televisão. (MATOS, 1996) Algumas das propagandas mais conhecidas no período de 1968 a 1974 foram:

Vídeos Aerp	
Nome	Ano
Em tempo de construir	1971
Você constrói o Brasil	1972
Sujismundo	1972- 73
País que se transforma e se constrói	1973

O governo Médici adentrou, com a participação da AERP, o uso estratégico das técnicas de Relações Públicas e publicidade para transmitir e cultivar no povo brasileiro um busca de apoio ao projeto do regime militar.

Os 191 “filmetes” que fez parte das campanhas efetuadas pela AERP no governo Médici podem ser distribuídos nos grupos temáticos desenvolvimento, segurança, participação e uma categoria geral, em que estão refletidas as necessidades de ajustamento do projeto às ocorrências que podem comprometer sua credibilidade e eficácia ou como resposta do sistema às demandas sociais.

3.4 COPA DO MUNDO DE 1970: O EVENTO FUTEBOL-POLÍTICO EM PROL DO GOVERNO MILITAR

Em 1970 ocorreu a Copa do Mundo realizada no México, a primeira televisionada em cores, na qual o Brasil tornou-se Tricampeão Mundial, trazendo um clima eufórico e ufanista para todo o país. Logo, uma das técnicas mais eficientes realizadas pela AERP foi a associação do progresso brasileiro, com o futebol e a música; como exemplo a famosa

Marchinha "Pra frente Brasil", de Miguel Gustavo.

Noventa milhões em ação

Pra frente, Brasil

Do meu coração

Todos juntos vamos

Pra frente, Brasil

Salve a Seleção!

De repente é aquela corrente pra frente

Parece que todo o Brasil deu a mão

Todos ligados na mesma emoção

Tudo é um só coração!

Todos juntos vamos

Pra frente Brasil, Brasil

Salve a Seleção!

Todos juntos vamos

Pra frente Brasil, Brasil

Salve a Seleção!



(Figura 1: Médicos comemorando a conquista da Copa do Mundo de 1970. Revista Veja. Edição 96. Junho, 1970. P. 19. Acervo Online.)

Por meio de propagandas de discurso ufanista, o governo militar, arquitetou no imaginário dos brasileiros um cenário de crescimento econômico e país de sucesso por meio do êxito da seleção brasileira de futebol na copa do mundo de 1970. A Copa do Mundo de 1970 foi uma maneira como o governo militar se utilizou da vitória da seleção, já em um período favorável, com o milagre econômico e o crescimento acelerado do país. Isso alavancou o otimismo dos brasileiros e promoveu músicas, filmes e frases de efeito como “Ninguém segura esse país” . A abertura da matéria, como se pode notar é “A imagem do sucesso” e no decorrer da reportagem há uma citação de Napoleão Bonaparte: “Que é o governo? Nada, se não dispuser de opinião pública”. A partir desse momento já podemos concluir que a matéria passará a imagem pública do presidente Médici interligando-a ao sucesso, e o motivo pelo qual fazem isto é a tentativa de conseguir um alto nível de notoriedade entre os cidadãos brasileiros.

Emilio Garrastazu Médici, para assessorar a sua imagem, perante a opinião pública, utilizou muito os serviços da Agência Especial de Relações Públicas (AERP. O presidente tinha uma imagem positiva perante a população, pelos trabalhadores era bem visto, porque o Brasil tinha muitos empregos, e juntando a isso, afeiçoava-se com o futebol, o esporte mais notório do Brasil. Esses elementos auxiliaram o governo Médici a transmitir a imagem do melhor presidente entre os militares, segundo a opinião pública.

4 ENTRE A ÉTICA E O DEVER: O CASO DE ADOLF EICHMANN

QUEM FOI ADOLF EICHMANN NO TERCEIRO REICH?

Para responder essa pergunta, analisaremos a obra principal da filósofa Hannah Arendt, no qual verificou de perto o julgamento de Eichmann. Além disso, publicou em seu livro *Eichmann em Jerusalém* as principais passagens sobre seu julgamento. Eichmann, para a acusação, era o monstro perverso responsável por todas as atrocidades cometidas aos judeus, mas a autora o descreve perante o julgamento nos seguintes termos:

Aquele homem dentro da cabine de vidro construída para sua proteção: altura mediana, magro, meia-idade, quase calvo, dentes tortos e olhos míopes, que ao longo de todo o julgamento fica esticando o pescoço para olhar o banco das testemunhas (sem olhar nem uma vez para a plateia),

que tenta desesperadamente, e quase sempre consegue, manter o autocontrole, apesar do tique nervoso que lhe retorce a boca provavelmente desde muito antes do começo deste julgamento (ARENDDT, 1999, p. 15).

Embora todos os esforços da promotoria, todo mundo percebia que esse Eichmann não era um “monstro” (ou ao menos essa era a impressão que passava), porém era difícil não desconfiar. Na visão de Arendt (1999, p. 39-40, 45), Eichmann era uma pessoa sem grandes perspectivas para a sua vida, pois encontrou na filiação ao Partido Nacional Socialista e na entrada para a SS (Schutzstaffel), em 1932, um novo começo com chances de ainda construir uma carreira.

Ao estar na presença de Eichmann no julgamento, Arendt (1999, p. 60) constatar o que havia de mais grave na pessoa do réu: a sua “quase total incapacidade de olhar qualquer coisa sob o ponto de vista do outro”. Outra verificação da autora (ARENDDT, 1999, p. 61-62, 67) era a incapacidade de Eichmann de se expressar — poderia ser um caso de afasia. Para Arendt, o discurso dele era vazio porque ele somente conseguia se utilizar de clichês e isso dava mostras de que a incapacidade de falar de Eichmann estava diretamente relacionada a sua incapacidade de pensar, especialmente sob o ponto de vista do outro.

Com a eclosão da guerra em 1.º de setembro de 1939, o procedimento de expulsão não poderia ser efetuado da forma como tinha sido até aquele momento (ARENDDT, 1999, p. 80-81). Eichmann, então, passou a ser responsável pela logística do transporte ante a “capacidade de absorção” das diversas instalações de assassinatos e solicitação de trabalhadores escravos (ARENDDT, 1999, p. 93), conforme eram organizadas a concentração e a deportação dos judeus pelo Escritório Central para Economia e Administração da SS (WVHA). Fato é que Eichmann estava muito bem informado de como funcionava o processo de aniquilação e qual seria o destino daqueles que ele despachava (ARENDDT, 1999, p. 102- 105).

Disso depreende-se que Eichmann adquiriu uma posição chave no sistema de extermínio, pois conseguiu com o seu departamento organizar os meios de transporte para que os assassinatos administrativos pudessem se efetivar: sincronizava a saída e chegada dos trens, despachava o número de pessoas de acordo com a compatibilidade de absorção dos campos e obtinha ajuda de autoridades de outros países e dos Conselhos.

A grande questão, muito mais moral que jurídica, era se Eichmann tinha consciência de seus atos e Arendt (1999, p. 111) responde que sim, mas essa

consciência era de uma forma distorcida. Essa forma distorcida de consciência assolava uma boa parte da população alemã, de tal forma que não percebiam que o “novo conjunto de valores alemães não tinha seguidores no mundo exterior” (ARENDR, 1999, p. 119).

O fato de cumprir estritamente a ordens, de ser obediente, não é pretexto para se eximir do julgar. Arendt apresenta a falácia de que liberdade irrestrita de consciência e a manutenção da comunidade organizada seriam impossíveis, pois esta exigiria a obediência aos superiores e às leis do país, sendo, portanto, a obediência uma virtude política.

O engodo está em se igualar consentimento à obediência, “um adulto consente onde uma criança obedece; se dizemos que um adulto obedece, ele de fato apoia a organização, a autoridade ou a lei que reivindica ‘obediência’” (ARENDR, 2004b, p. 109, grifo da autora). Para a autora a única possibilidade para aquele que não deseja dar o seu apoio sob a designação de obediência é a de se retirar da vida pública (ARENDR, 2004b, p. 109-110; 2004a).

3.1 O HOLOCAUSTO E O TRIBUNAL DE NUREMBERG

Vários fatores levaram Hitler e o partido Nazista chegar ao poder. Basicamente a sua ascensão inicia-se com término da Primeira Guerra Mundial, no qual o Tratado de Versalhes foi rigoroso com a Alemanha pós-guerra. A Alemanha foi considerada culpada pela guerra e foi submetida a arcar com os pagamentos de indenizações, que levaram o país ao colapso econômico.

Alinhado ao Tratado de Versalhes, posteriormente, a quebra da bolsa de valores de New York (1929) foi um dos mais importantes motivos para a elite Alemã iniciar o seu apoio a um homem, no qual se mostrava confiante em retomar a economia, elevar o índice de empregos, pregando o fortalecimento da Alemanha. Neste caso, esse homem era Adolf Hitler. De acordo com o historiador Schwanitz (2009, pg 156):

A teatralidade forneceu um contexto à sua retórica insensata e tornou-a plausível. Ele encenava os anseios dos alemães e resolvia suas contradições. Seu exército não tinha sido derrotado, nenhum inimigo externo podia derrotá-lo, só um traidor poderia levá-lo à queda, alguém responsável pela desagregação, o eterno Judeu. [...] O racismo serviu para que, ante os judeus, os alemães se sentissem parte de uma irmandade unida pelo parentesco de sangue. O antissemitismo que o eterno Judeu poderia ser considerado o arquétipo daquele que não se integrava e era imune à magia da comunhão. (SCHWANITZ, 2009, p 156)

O autor continua falando que o fato dos Alemães terem se sentido derrotado e, posteriormente, “humilhado” pelo Tratado de Versalhes e a quebra da bolsa de valores, aos poucos Hitler iniciava a sua política racial. Continua o autor:

À luz do posterior extermínio dos judeus, o início da perseguição, da discriminação e da exclusão dos judeus da sociedade surge como uma vergonha monstruosa para o alemães. Esses judeus eram alemães como todos os outros. Mas os nazistas trataram-nos como inimigos, confiscaram seus direitos de cidadãos, identificaram-nos com uma estrela amarela, como na Idade Média, humilharam-nos, insultaram-nos, rebaixaram-nos, atormentaram-nos, aterrorizaram-nos, privaram-nos da possibilidade de se alimentar, de se instruir culturalmente, de se movimentar e se informar, roubaram seus bens, torturaram-nos e assassinaram-nos. E ninguém os ajudou. (SCHWANITZ, 2009, p 165)

O massacre aos judeus foi algo planejado, desde o princípio da chegada do partido Nazista na Alemanha. Houve um trabalho mais intensificado para estimular esse ódio, principalmente através da máquina de propaganda, cuja responsabilidade estava sob Joseph Goebbels.

O holocausto não foi especificamente para judeus, mas sim para todos aqueles que não se enquadraram nos planos do terceiro Reich de Hitler, ou seja, aqueles que não pertenciam a raça ariana. É claro que os judeus sofreram perseguições maiores, pois a esmagadora maioria dos perseguidos e mortos durante o holocausto (principalmente nos campos de concentração de Auschwitz, Treblinka e Sachsenhausen), tiveram negros, homossexuais, ciganos e outros grupos.

O Tribunal de Nuremberg, que de outubro de 1945 a outubro de 1946 julgou o alto escalão da liderança nazista, é o mais conhecido, mas houve vários outros: tribunais militares norte-americanos, britânicos e franceses, em suas respectivas zonas de ocupação, julgaram nazistas pertencentes a escalões inferiores e, ao lado da União Soviética, as referidas forças de ocupação extraditaram nazistas — primordialmente para a Polônia e França —, para que fossem julgados em foros onde os crimes haviam sido cometidos. De acordo com o autor JUDT (2005, pg 52):

Pesquisas de opinião realizadas nos primeiros anos do pós-guerra confirmam o impacto limitado dos esforços aliados. Em outubro de 1946, quando foram concluídos os julgamentos de Nuremberg, apenas 6% dos alemães admitiam considerá-los “injustos”, mas, quatro anos depois, um em cada três expressava essa visão. Tal sentimento não deve surpreender, pois, de 1945 a 51/642 1949, a maioria absoluta dos alemães acreditava que “o nazismo era uma boa ideia, mal aplicada”. Em novembro de 1946, 37% dos alemães consultados numa pesquisa realizada na

zona norte-americana expressaram a opinião de que “o extermínio de judeus, poloneses e outros não-arianos foi necessário para a segurança dos alemães”. (JUDT, 2007, p. 51 e 52).

Esses dados, embora seja alarmante e espantoso, sabe-se que os responsáveis pelo ocorrido na Alemanha não foi apenas os seus líderes (claro que eles possuem uma responsabilidade maior e diretamente, visto que foram eles os mandantes dos crimes), entretanto a população alemã, naquele momento, apoiou o esse movimento. Caso, hipoteticamente, o autor realizasse essa pesquisa nos dias de hoje, certamente encontraria na Alemanha grupos favoráveis ao movimento Nazista e o extermínio de massa.

No julgamento de Nuremberg, de 1945 a 1946, organizado pelo recém formado Tribunal Militar Internacional. Foram julgados 22 nazistas, dentre os quais 12 foram condenados a morte por enforcamento (Martin Bormann, Hans Frank, Wilhelm Frick, Hermann Göring, Alfred Jodl, Ernst Kaltenbrunner, Wilhelm Keitel, Joachim Von Ribbentrop, Alfred Rosenberg, Fritz Sauchel, Arthur Seyss-Inquart e Julius Streicher), três foram condenados a prisão perpétua (Walter Funk, Rudolf Hess e Erich Raeder), dois foram condenados a 20 anos de prisão (Baldur Von Schirach e Albert Speer), Konstantin Von Neurath e Karl Dönitz cumpriram, respectivamente, 15 e 10 anos de prisão e apenas dois foram absolvidos – Hans Fritzsche e Hjalmar Schacht.

3.2 A GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, duas potências saíram vencedoras (Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), tornando o mundo dividido em dois blocos econômicos, aos quais estavam representados, respectivamente entre capitalismo e socialismo. Embora as duas potências estivessem unidas no momento durante a Segunda Guerra, a partir do seu término iniciou-se a disputa entre ambas. O mundo seguia um modelo bipolar. De acordo com Schwantz:

Para obter a expansão Soviética, os Estados Unidos reergueram a Europa Ocidental destruída e as zonas ocidentais da Alemanha com o auxílio do Plano Marshall; implementaram na Alemanha Ocidental uma reforma monetária (1948), superaram o bloqueio de Berlim Ocidental com a ponte aérea (1948) e fundaram a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Finalmente, Berlim a Europa e o mundo foram divididos pela Cortina de Ferro. A União Soviética também construiu uma bomba atômica, e o mundo ficou estarecido com o equilíbrio do terror. Começava a era da “Guerra Fria”. Na Coreia dividida, os Estados Unidos empreenderam uma

as armas nucleares, os quais de tempos em tempos se tornaram movimentos de massa em partes da Europa, sendo vistos pelos cruzados da Guerra Fria como armas secretas dos comunistas. Os movimentos pelo desarmamento nuclear tampouco foram decisivos, embora um movimento contra a guerra específico, o dos jovens americanos contra o seu recrutamento para a Guerra do Vietnã (1965-75), se mostrasse mais eficaz. No fim da Guerra Fria, esses movimentos deixaram recordações de boas causas e algumas curiosas relíquias periféricas, como a adoção do logotipo antinuclear pelas contraculturas pós-1968 e um entranhado preconceito entre os ambientalistas contra qualquer tipo de energia nuclear. (HOBSBAWM, 1995, p 234 e 235)

Iniciou-se então um novo momento, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo estaria se tornando cada vez mais diplomático (embora seja uma guerra por outros meios, entretanto com menos risco de atingir uma massa de pessoas). Com o término da Segunda Guerra Mundial, as nações vão tomando rumo a serem mais civilizadas, diplomáticas e com órgãos/instituições internacionais, aos quais busca realizar o intermédio entre os possíveis conflitos que possam surgir.

4 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU

A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO

Em 1789 o povo de França levou a cabo a abolição da monarquia absoluta e o estabelecimento da primeira República Francesa. Somente seis semanas depois do assalto à Bastilha, e apenas três semanas depois da abolição do feudalismo, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi adotada pela Assembleia Constituinte Nacional como o primeiro passo para o escrito de uma constituição para a República da França.

A Declaração proclama que todos os cidadãos devem ter garantidos os direitos de “liberdade, propriedade, segurança, e resistência à opressão”. Isto argumenta que a necessidade da lei provém do fato que o exercício dos direitos naturais de cada homem tem só aquelas fronteiras que asseguram a outros membros da sociedade o desfrutar destes mesmos direitos. Portanto, a Declaração vê a lei como “uma expressão da vontade geral”, que tem a intenção de promover essa igualdade de direitos e proibir “só ações prejudiciais para a sociedade”.

O documento tão freneticamente ajambrado era espantoso na sua impetuosidade e simplicidade. Sem mencionar nem uma única vez rei, nobreza ou igreja, declarava que "os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem" são a fundação de todo e qualquer governo. Atribuía a soberania à nação, e não ao rei, e declarava que todos são iguais perante a lei, abrindo posições para o talento e

o mérito e eliminando implicitamente todo o privilégio baseado no nascimento. Mais extraordinária que qualquer garantia particular, entretanto, era a universalidade das afirmações feitas. As referências a "homens", "homem", "todo homem", "todos os homens", "todos os cidadãos", "cada cidadão", "sociedade" e "toda sociedade" eclipsavam a única referência ao povo francês. (HUNT, 2009, p. 14).

Além disso, vale ressaltar a importância do filósofo Montesquieu se dá justamente pela apresentação de uma estrutura bem ordenada e universalmente reconhecida no tópico: o princípio da tripartição dos poderes, ou corrente tripartite, dividindo as atribuições do governo em três grandes órgãos - executivo legislativo e judiciário - em seu tratado "O Espírito das Leis" (1748).

Distingue Montesquieu em cada Estado três sortes de poderes: o poder legislativo, o poder executivo (poder executivo das coisas que dependem do direito das gentes, segundo sua terminologia) e o poder judiciário (poder executivo das coisas que dependem do direito civil). A cada um desses poderes correspondem, segundo o pensador francês, determinadas funções. Através do poder legislativo fazem-se leis para sempre ou para determinada época, bem como se aperfeiçoam ou abrigam as que já se acham feitas. Com o poder executivo, ocupa-se o príncipe ou magistrado (os termos são de Montesquieu) da paz e da guerra, envia e recebe embaixadores, estabelece a segurança e previne as invasões. O terceiro poder — o judiciário — dá ao príncipe ou magistrado a faculdade de punir os crimes ou julgar os dissídios da ordem civil. Discriminados assim os poderes nessa linha teórica de separação, segundo os fins a que se propõem, entra Montesquieu a conceituar a liberdade política, definindo-a como aquela tranquilidade de espírito, decorrente do juízo de segurança que cada qual faça acerca de seu estado no plano da convivência social. (BONAVIDES, 2000, p. 176)

Desta forma cada órgão ou poder é independente a ponto de não interferir nas atribuições dos demais, porém dotado de suficiente autoridade para impedir abusos de poder, neste caso, o judiciário verifica o cumprimento das leis pelo legislativo e o executivo ou executar medidas determinadas pelos outros poderes.

A partir da idealização e a divisão dos poderes, o conceito de Democracia vai se fortalecendo, embora em algumas situações históricas, podemos constatar que a teoria não condiz com a prática, visto que as instituições são feitas por pessoas e as instituições podem ser fragilizadas, dependendo do momento democrático que o Estado/Nação esteja enfrentando.

4.1 HOBBS, ROUSSEAU E KANT: O DESEJO PELA PAZ INTERNACIONAL E A CONCRETIZAÇÃO DA LIGA DAS NAÇÕES.

O ser humano, desde a sua origem, encontra-se em diversos momentos da história em pleno estado de guerra. O combate, que antes se realizava através das armas, com o aprimoramento de espírito civilizatório, aos poucos foi substituindo o modelo de disputas na base da força, para ser tratado por intermédio da diplomacia, visto que a diplomacia entre as nações é a continuação da guerra, sendo que por outros meios.

Entretanto, a compreensão de guerra que temos hoje nos moldes do poder bélico, foram tomados por um estado de paz, visto que na medida em que as civilizações vão se desenvolvendo, aumenta a sua capacidade tecnológica e, além disso, o seu poder bélico, ou seja, porventura venha ocorrer uma guerra com algum país potência, será travada uma espécie de “vitória de pirro”, visto que a capacidade bélica dos países desenvolvidos pode reagir agressivamente a um ataque, causando-lhes danos irreparáveis. A guerra custa caro aos dois países.

Por esse motivo, Thomas Hobbes em sua obra “Leviatã” cria a ideia de Estado detentor da soberania. Neste caso, o homem em “estado natural” não conhece as leis e a ideia de Justiça. Todos têm direito a tudo e, para conseguir o que desejam, lançam mão da força e da astúcia. A consequência é a “guerra de todos contra todos”. A única maneira de paralisar essa guerra seria, por intermédio do pacto social, quando todos abrem mão de seu direito em nome de um único soberano.

Mas mesmo que jamais tivesse havido um tempo em que os indivíduos se encontrassem numa condição de guerra de todos contra todos, de qualquer modo em todos os tempos os reis, e as pessoas dotadas de autoridade soberana, por causa de sua independência vivem em constante rivalidade, e na situação e atitude dos gladiadores, com as armas assestadas, cada um de olhos fixos no outro; isto é, seus fortes, guarnições e canhões guardando as fronteiras de seus reinos, e constantemente com espões no território de seus vizinhos, o que constitui uma atitude de guerra. (...) Desta guerra de todos os homens contra todos os homens também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não podem aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. (...) As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho (HOBBS, 2009, p.81).

De acordo com Hobbes, o soberano (Estado) tem a função essencial de legislador, uma vez que no “Estado de Natureza” o homem estaria em igualdade, entretanto nesse momento qualquer um poderia ferir aos demais, visto que todos

teriam iguais direito a todas as coisas, já que não há uma regra que estabeleça limitações. O homem estaria retornando a sua origem, no qual a lei sempre iria prevalecer o mais forte.

Portanto na ausência do “legislador” das limitações das atitudes humanas, haveria um conflito, no qual decorreria sobre a justiça e a injustiça, sobre o que é certo e errado e os riscos do homem tirar a vida de outro para atingir suas finalidades, em busca da sua paz individual, ou seja, esses conflitos seriam constantes. Por esse motivo a ideia da criação do Estado: o Leviatã.

Diferente de Hobbes, Rousseau origina a ideia de o homem como o mito do “bom selvagem”. De acordo com o filósofo, diferente do “Estado de Natureza” hobbesiano, para Rousseau, o Estado de Natureza separa-se em dois pontos: o primeiro momento seria em que há total felicidade do homem e liberdade, onde os mesmos viveriam isolados e guiados pelos instintos. Nesse primeiro momento não existiriam as relações sociais, religiosas, afetivas, sem a noção de bem ou mal, nem propriedade e nem justiça.

Já no segundo momento, teríamos o fim deste Estado quando se inicia a história, às convenções sociais e, principalmente, a desigualdade. Estas desigualdades sociais estimulam a criação do primeiro contrato, um contrato desigual que tornou o homem servo de um sistema vicioso

Rousseau originou a teoria do “Contrato Social” construída na alienação da vontade de todos e dos interesses particulares para o que ele chamou de “vontade geral”. Nesse contrato, de acordo com o filósofo “cada um de nós dispõe em comum da sua pessoa e de todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral, e recebe, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo.” (ROUSSEAU, 2011).

Rousseau é crítico à guerra e aponta justamente que as disputas entre Estados causam tantas perdas do ponto de vista de recursos humanos e econômicos que não compensam em termos de conquista ou de ganhos de poder. Todavia, como a vontade geral é incapaz de administrar as vontades de cada Estado no sistema internacional, as guerras são inevitáveis. Isso não significa dizer que existe uma anarquia na arena internacional como argumenta Hobbes, mas que há uma incapacidade dos Estados de instituírem a paz duradoura

Promovendo a liberdade de todos, podemos constatar na obra *À paz perpétua* de Immanuel Kant, no qual ele aumenta a teoria da reciprocidade, ou seja, conceito inicial de diplomacia, para uma Liga das Nações, que incluiria todos os Estados e povos do mundo. Dessa forma, pode-se dizer que a obra de Kant influenciou direto e indiretamente na formação das bases da ideia que, mais tarde, levariam à fundação da ONU. Em forma de um contrato de paz, Kant aborda a criação de paz entre os diferentes Estados pela política, enfatizando que a paz não seria um status natural e, como tal, deve ser criado.

O projeto da Paz Perpétua de Kant tem como uma das principais características a busca pela correção da falta de relação jurídica entre os Estados no cenário internacional. A ausência os leva a estarem em um Estado de Natureza e, portanto, em um Estado de Guerra. Nas palavras de Kant:

O estado de paz entre os homens que vivem juntos não é um estado de natureza (*status naturalis*), o qual é antes um estado de guerra, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre, todavia uma ameaça constante. Deve, pois, instaurar-se o estado de paz; a omissão de hostilidades não é ainda a garantia de paz e, se um vizinho não proporcionar segurança a outro (o que só pode acontecer num estado legal), cada um pode considerar como inimigo a quem lhe exigiu tal segurança (KANT, 2006,p.10).

O pensamento teórico de Kant compreende para além de conceitos sobre uma paz passageira ou um intervalo de tempo em que a paz é possível, argumenta-se sobre o estabelecimento de uma paz duradoura. Objetivando alcançar determinada paz, Kant enumera artigos necessários para que esta paz seja possível de se concretizar e de se perpetuar no cenário internacional. Em seu argumento a existência de tal paz só se tornaria possível diante de algumas leis e da própria estrutura de cada Estado neste sistema.

4.2 A CRIAÇÃO DA ONU E AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Após a segunda guerra mundial, a ONU foi criada com o intuito de apaziguar os conflitos que as nações pudessem enfrentar. A intenção é que a organização ajudasse no gerenciamento de crises e obtivesse a cooperação das nações para resolver os problemas, sejam eles econômicos, sociais, ambientais e humanitários. Nesse caso, a ONU se assemelha a antiga Liga das Nações, cuja instituição foi

fundada no final da primeira guerra mundial, entretanto não conseguiu cumprir com suas finalidades.

A fundação da Organização das Nações Unidas é datada de 1945 (período que em chegou o fim da Segunda Guerra Mundial). A mesma surgiu com a finalidade, principalmente, o progresso da humanidade. Atualmente, a ONU é formada por 192 estados-membro, ou seja, países reconhecidos pela instituição (assim como veremos no próximo capítulo sobre a criação do Estado de Israel).

A instituição encontra-se divididas em variadas instâncias administrativas. São elas: Assembleia Geral, Conselho Econômico e Social, Secretariado, Conselho de Segurança e Tribunal Internacional. Além disso, a ONU é formada por um sistema intraconectivo, chamado Sistema das Nações Unidas, formado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Posteriormente a Segunda Guerra Mundial, o mundo vivenciou a chamada Guerra Fria, ou seja, o período de conflito entre as duas potências, detentoras de armamento nucleares, porém sem conflitos diretos (embora houvesse alguns casos isolados), mas o conflito ocorreu no campo ideológico e da propaganda, na qual disputavam a liderança dos países no mundo: Estados Unidos e União Soviética, ambos com seus modelos econômicos (Capitalismo e Socialismo).

Existem incontáveis organizações internacionais, isto é, aquelas instituições formadas por dois ou mais Estados. Porém, no que concerne ao âmbito geopolítico, econômico e humanístico global, algumas delas se destacam pela sua importância, dentre elas, podemos citar, além da ONU tem também: OMC, Otan, FMI, Banco Mundial, OIT, OCDE e OPEP. A seguir, vamos compreender um pouco melhor o significado e a importância de cada uma dessas siglas.

• **ONU** – A Organização das Nações Unidas é considerada o mais importante organismo internacional atualmente existente, importante por reunir praticamente todas as nações do mundo. Ela surgiu ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em substituição à antiga Liga das Nações e objetiva promover a paz e a segurança mundial. A principal instância decisória da ONU é o Conselho de Segurança, formado por um grupo muito restrito de países: Estados Unidos, França, Reino Unido e a China (essa última não participou ativamente da Segunda Guerra, mas conseguiu grande prestígio e poder internacionais, capazes de assegurar uma vaga no Conselho). Além desses cinco países, que são membros permanentes, fazem parte outros cinco países provisórios, que se alternam periodicamente.

• **OMC** – A Organização Mundial do Comércio é o organismo internacional responsável por legislar e acompanhar as transações econômicas e comerciais realizadas entre diferentes países. Além disso, o seu principal objetivo é promover a liberalização mundial do comércio, visando combater o chamado protecionismo alfandegário, em que uma nação impõe elevadas tarifas para produtos estrangeiros a fim de favorecer a indústria local.

• **OTAN** – A Organização do Tratado do Atlântico Norte é um tratado ou pacto militar, que inicialmente congregava os principais países capitalistas e objetivava combater o socialismo, que também tinha o seu pacto militar, o Pacto de Varsóvia. Porém, desde o final da Guerra Fria, os objetivos dessa organização se alteraram, tornando-se como um instrumento militar das grandes potências a fim de intervir em conflitos armados em qualquer parte do mundo para assegurar direitos internacionais ou combater possíveis “ameaças” ao atual sistema internacional. Fazem parte da Otan, desde o seu surgimento, Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, França, Grécia, Inglaterra, Itália, Holanda, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Islândia e Turquia. Posteriormente, várias das ex-repúblicas soviéticas também ingressaram no pacto, como a Bulgária, Romênia, Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia e Eslovênia, além da Rússia, que atua como membro observador.

• **FMI** – O Fundo Monetário Internacional é uma organização financeira responsável por garantir a estabilidade econômica internacional. Ele é composto por 187 países e foi criado em 1944 na Conferência de Bretton Woods. Seu funcionamento, basicamente, ocorre através do gerenciamento e concessão de empréstimo para aqueles países que o solicitam. Normalmente, o dinheiro do FMI é fornecido pelos seus próprios países-membros, de forma que aqueles que mais contribuem são justamente aqueles que mais possuem poder de decisão.

• **Banco Mundial** – foi criado em 1945 na Conferência de Bretton Woods juntamente ao FMI. Trata-se de uma organização financeira vinculada à ONU, mas que possui a sua própria autonomia. Seu objetivo inicial era conceder empréstimos direcionados aos países europeus que haviam sido devastados pela Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, seus objetivos mudaram e seu intuito passou a ser o de conceder empréstimos a países da Ásia, África e Américas.

• **OIT** - A Organização Internacional do Trabalho é uma instituição responsável por regulamentar, fiscalizar, estudar e avaliar as relações de trabalho existentes em todo o mundo. É considerada uma organização “tripartite”, ou seja, formada por três tipos diferentes de forças: os governos de 182 países, além de representantes de empresas empregadoras e de representações trabalhistas ou sindicais.

• **OCDE** – A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma instituição atualmente composta por 34 países. Seu objetivo é fomentar e incentivar ações de desenvolvimento econômico de seus países-membros, além de medidas que visem à ampliação de metas para o equilíbrio econômico mundial e melhorem as condições de vida e os índices de renda e emprego. O Brasil não é um membro dessa organização.

• **OPEP** – Criada em 14 de setembro de 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é uma organização intergovernamental, que tem como objetivo a centralização da elaboração das políticas sobre produção e venda do petróleo dos países integrantes. Atualmente, os países membros da OPEP são: Argélia, Angola, Equador, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela.

Acessado e adaptado, através do link:

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/organizacoes-internacionais.htm>

4.3 A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.

Conforme podemos verificar a análise feita por Thomas Hobbes, o homem em estado de natureza estaria sujeito a sua forma de origem, ou seja, a lei do mais forte prevalece. Com o avançar das civilizações, com o desenvolvimento tecnológico e a sociedade se modificando, emerge a necessidade de ter uma Declaração Universal, para que os direitos dos cidadãos comuns pudessem ser garantidos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma espécie de guia para a sociedade se basear no progresso da humanidade. A Declaração reflete a conquista dos povos contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser consagrados a todos os do planeta.

Os direitos humanos não são apenas uma doutrina formulada em documentos: baseiam-se numa disposição em relação às outras pessoas, um conjunto de convicções sobre como são as pessoas e como elas distinguem o certo e o errado no mundo o secular. As ideias filosóficas, as tradições legais. A política revolucionária precisou ter esse tipo de ponto de referência emocional interior para que os direitos humanos fossem verdadeiramente "autoevidentes" (HUNT, 2009, p. 25).

Quando começaram a pensar na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o mundo encontrava-se sentindo os efeitos do término da Segunda Guerra Mundial, na qual foi encerrada em 1945. Outros documentos já haviam sido redigidos no passado, para tratar dos atos desumanos e injustiças, como a Declaração de Direitos Inglesa (elaborada em 1689, após as Guerras Civis Inglesas, para pregar a democracia) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (redigida em 1789, após a Revolução Francesa, cujo objetivo seria proclamar a igualdade para todos).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, com a criação das Organizações das Nações Unidas, os líderes mundiais, para evitar que ocorresse novamente uma guerra bélica, decidiram elaborar o guia para garantir os direitos de todas as pessoas e em todos os lugares mundo. A declaração foi apresentada na primeira Assembleia Geral da ONU no ano de 1946 e repassada à Comissão de Direitos Humanos para que fosse usado na elaboração de uma declaração internacional de direitos.

Na primeira sessão da comissão em 1947, seus membros foram autorizados a elaborar o que foi chamado de “esboço preliminar da Declaração Internacional dos Direitos Humanos”. Um comitê formado por membros de oito países recebeu a declaração e se reuniu pela primeira vez em 1947. Ele foi presidido por Eleanor Roosevelt, viúva do presidente americano Franklin D. Roosevelt.

O compromisso com os direitos humanos ainda não estava nem um pouco assegurado. A Carta das Nações Unidas de 1945 enfatizava as questões de segurança internacional e dedicava apenas algumas linhas ao "respeito e cumprimento o universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião". Mas ela criava uma Comissão dos Direitos Humanos, que decidiu que sua primeira tarefa devia ser o esboço de um a carta do s direitos humanos. Como presidente da comissão, Eleanor Roosevelt desempenho um papel central ao conseguir que uma declaração fosse rascunhada e depois guiá-la pelo complexo processo de aprovação. (HUNT, 2009, p. 204 e 205).

O responsável pelo primeiro esboço da declaração, o francês René Cassin, também participou. O primeiro rascunho da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que contou com a participação de mais de 50 países na redação, foi apresentado em setembro de 1948 e teve seu texto final redigido em menos de dois anos. Por fim, em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quarenta e oito países votaram a favor, oito países do bloco soviético abstiveram-se e nenhum votou contra.

4.4 OSWALDO ARANHA E A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL ATRAVÉS DA ONU

O primeiro país a aderir a ONU foi o Brasil, além do que é um dos países fundadores da instituição. Além disso, Oswaldo Aranha, na ocasião era ministro do governo de Getúlio Vargas na posição de Ministro das Relações Exteriores do governo brasileiro, o mesmo teve uma relevância importante na construção da história da ONU e presidiu a primeira sessão especial da assembleia e a segunda sessão ordinária no mesmo ano. Nessas duas sessões foi aprovada a criação do estado de Israel, no qual o Brasil votou a favor, sendo Oswaldo Aranha figura importante na criação do recente Estado de Israel. Segundo Rubens Ricupero:

“Oswaldo Aranha dominou a política exterior dos meados do século XX como Rio Branco fizera na sua primeira década. Depois do Barão, ninguém mais alcançou, dentro e fora do país, o prestígio e a influência de Aranha, nenhum outro dirigiu a diplomacia com tanto acerto em tempos perigosos e de escolhas difíceis”. (Apresentação de Rubens Ricupero a: Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro; Brasília: Funag, 2017, 1º vol., p. 8)

Com o término da Segunda Guerra Mundial, juntamente com a morte de milhares de judeus, os ingleses ajudaram a criar a recém ONU cuja o objetivo de resolver os conflitos entre os povos Árabes e Judeus (conflitos esses que são existentes até os dias de hoje) na Palestina.

Em 1947, sem consultar a população da Palestina ocorreu a resolução da organização, ou seja, resolução 181 da assembleia da ONU, na qual levando em consideração os conflitos proporcionados, decide em fazer a divisão do território em dois Estados, ou seja, os Judeus receberam o equivalente a 57% do território, por sua vez os Árabes ficaria com o restante, neste caso 43%. O desejo de solucionar pacificamente os conflitos entre esses dois povos, não foi resolvida com essa medida, visto que os Árabes constituíam a maioria naquele momento.

A questão é que o Estado de Israel foi criado (e reconhecido) em 1948, entretanto os Árabes nunca foram reconhecidos como Estado, pois sempre foram impedidos pelos movimentos comuns entre Israel e os Estados Unidos da América, isto aumentou ainda mais os conflitos entre esses dois povos naquela região.

Em 14 de maio de 1948, David Bem-Gurion declarou a fundação do Estado de Israel, não aceita pelos Estados árabes limítrofes mais o Iraque, que no mesmo dia atacaram o recém fundado país, iniciando a primeira guerra árabe-israelense, que terminou em 1949 depois de seis meses, com a derrota da Liga Árabe (Egito, Síria, Líbano, Transjordânia e Iraque), Israel estendeu seus domínios sobre a Galiléia e o deserto de Neguev. Pelos acordos de paz de 1949, a Transjordânia anexou a Cisjordânia, incluindo Jerusalém oriental, formando o reino Hachemita da Jordânia, enquanto que o Egito passou a administrar a faixa de Gaza.

5 O JULGAMENTO DE EICHMANN: AS PERCEPÇÕES SOBRE UM SUJEITO APARENTEMENTE COMUM, SEGUNDO HANNAH ARENDT.

A CAPTURA DE ADOLF EICHMANN NA ARGENTINA.

Hannah Arendt, representando a Revista The New Yorker, acompanhou o julgamento de perto do vilão nazista, explorando seus relatos sob ótica filosófica e política, que se encontra disponível em sua obra “Eichmann em Jerusalém”. Esse livro, serve-nos como base para a reflexão deste personagem, visto que não há outro mais rico em informações do que este.

Diferentemente do tribunal de Nuremberg, que se pautou na prova documental, o julgamento de Eichmann optou por valorizar a evidência humana na produção da prova em juízo, pois foram os testemunhos das vítimas que, nesse caso, constituíram o principal meio de prova. Contudo, essa tentativa de levar as testemunhas para o centro da cena jurídica foi impactada pelo fato de que uma testemunha-chave desmaiou e entrou em coma no momento em que tentou se pronunciar. Essa testemunha foi K-Zetnik, um sobrevivente de Auschwitz que já era àquela altura um escritor mundialmente conhecido. O escritor se considerava um mensageiro dos mortos, um portador de uma memória histórica que tinha o dever de preservar e transmitir.

O julgamento de Eichmann foi um dos maiores da história, após o julgamento do Tribunal de Nuremberg, entretanto, Hannah Arendt nos traz à tona a imagem de um homem comum, ou seja, um funcionário mediano, burocrata, incapaz de refletir sobre seus atos ou de fugir aos clichês burocráticos, descobrindo, a partir de sua análise filosófica, um “coração das trevas”, cuja capacidade destrutiva e de burocratização da vida pública poderiam representar uma ameaça à democracia (KONRAD, 2014, p 52 apud ARENDT, 1999).

O “monstro da cabine de vidro”, demonstrava ser funcionário público honesto e obediente, cumpridor de metas e da lei, a cada dia de julgamento que se passava, tornava-se mais “arrivista de pouca inteligência, uma nulidade pronta a obedecer a qualquer voz imperativa, um funcionário incapaz de discriminação moral – em suma, um homem sem consistência própria, em que os clichês e eufemismos burocráticos faziam às vezes do caráter” (KONRAD, 2014, p 52 apud ARENDT, 1999).

Com relação à língua, este é o opressor, do ponto de vista de Roland Barthes (1979), uma vez que ela nos obriga a estarmos sujeitos a uma construção linguística territorial e o oprimido é o sujeito, no qual há de se submeter ao estilo linguístico “padrão-culto” do seu território. Porém, o texto nos informa - o que é verdade - o letrado, não necessariamente é bom.

Historicamente, é possível identificar casos em que pessoas bem formadas intelectualmente, que tiveram uma rica formação educacional foram responsáveis por grandes tragédias humanas, como foi o caso Adolf Hitler que em nome de uma supremacia alemã e antissemita e interesses econômicos propagou teses racistas e foi capaz de exterminar milhões de pessoas. A partir de uma situação como essa fica claro que ser culto não

significa ser ético. Não foi dado àquelas pessoas o direito de justificar o porquê elas tinham e mereciam o direito de viver. Nesse caso, Hitler tinha o poder da palavra e, por isso, se achava no direito de escolher quem deveria viver e quem deveria morrer. Não é possível afirmar que ser inteligente é ser ético, que todo intelectual é bom, que é ser e estar sensível ao outro. O ser letrado nessa perspectiva é ter uma boa formação educacional, mas o ser ético estaria associado a algo que o ser humano já traz em seu caráter. (MARINHO, 2015, p. 4)

Pode-se observar que há uma questão que a sociedade impõe, em que o mais alfabetizado, traz uma ideia de mais honestidade, caráter ético, capacidade. O texto mostra-nos o contrário. Não podemos nos esquecer que a Alemanha, país no qual tinha um dos povos mais escolarizado da Europa, pode compactuar a ascensão de Hitler ao poder.

Além disso, neste caso em específico, o personagem central (Adolf Eichmann), traçava características parecidas com as descritas, ou seja, o “monstro” nazista, embora aparentemente transparece essa ilusão de “bom moço”, Hannah Arendt revela-nos com sua brilhante percepção que a banalidade do mal tornou-se comum no período em que havia o domínio nazista, visto que outros cidadãos comuns também apoiaram aos nazistas naquele momento.

Este julgamento foi alvo de inúmeras objeções, bem como o relato de Hannah Arendt, que foi acusada de estar “errada em demonstrar interesse pelo tipo de pessoa que foi Eichmann”, pela sua abordagem à personalidade de um homem que não foi particularmente importante na estrutura política do Terceiro Reich ou no delinear das políticas de Hitler, e que a autora classificou como sendo um ser humano com “falta de imaginação”.

Arendt levanta inúmeras questões, aponta caminhos de análise social e política no que diz respeito à essência dos regimes totalitários, à utilização da propaganda e do terror, e à própria natureza do sistema burocrático em que se apoiam, perguntando-se se a sua função é desumanizar os homens. Este julgamento transcende o acusado, remete-nos para a história moderna, para a natureza do homem e dos seus atos, sem esquecer que “sob condições de terror a maioria das pessoas obedece, mas algumas não”, assim descreve Hannah.

5.1 OS PREPARATIVOS PARA O JULGAMENTO

Em Jerusalém, na casa da justiça, o palco foi programado para o espetáculo do julgamento de um dos maiores assassinos, no qual deveria ser o maior carrasco nazista: Adolf Eichmann. O comando israelense encontrou Eichmann e o sequestrou em Buenos Aires no ano de 1960, na Argentina, lugar onde se encontrava foragido por anos. Após ser localizado, foi mandado de forma arbitrária para julgamento em Jerusalém, cidade judia (já reconhecida pela ONU).

Hannah Arendt descreve em seu livro os detalhes dos momentos antes do julgamento, desde a captura ao processo de julgamento em si. A mando do primeiro-ministro de Israel, David Ben-Gurion, Eric Eichmann foi raptado na Argentina onde vivia foragido, pela Mossad (polícia secreta de Israel), no qual foi levado à Corte Distrital de Jerusalém para ser julgado pelos crimes cometidos durante sua atuação no governo nazista no Terceiro Reich. A autora descreve:

Em 11 de maio de 1960, às seis e meia da tarde, quando Eichmann desembarcou, como sempre, de um ônibus que o trouxe para casa de seu lugar de trabalho, ele foi agarrado por três homens e, em menos de um minuto, jogado dentro de um carro que estava à espera, e que o levou para uma casa alugada num subúrbio remoto de Buenos Aires. (ARENDR, 1999, p 262)

O prédio do tribunal em Jerusalém parecia uma fortaleza. Centenas de policiais controlavam as saídas. Especialmente para os 500 jornalistas que faziam a cobertura do julgamento, foi montada uma sala com telégrafos e telefones. Protegido por vidros blindados, o réu insistiu o tempo todo em sua inocência.

O julgamento de Adolf Eichmann, chefe da Seção de Assuntos Judeus no Departamento de Segurança de Hitler, foi o segundo maior julgamento de nazistas depois do processo de Nuremberg, que aconteceu logo após a Segunda Guerra Mundial. A condenação de Eichmann foi baseada no depoimento de mais de 100 testemunhas, em duas mil provas e 3.500 páginas do protocolo da polícia israelense.

O julgamento, realizado na Beth Hamishpath (Casa da Justiça), foi presidido pelo juiz Mosche Landau, que tentou, a todo o momento, focar o julgamento nos atos de Eichmann, procurando evitar o aspecto teatral que se acentuou a cada fala dos promotores e, principalmente, daquele que deveria ser o advogado de defesa

de Eichmann, mas que pouco participou do processo, o doutor Servatius. Não obstante, salienta Hannah Arendt, que logo esse aspecto teatral "desmoronou sob o peso horripilante das atrocidades"

Hannah Arendt denuncia também a forma autoritária como o Estado de Israel aplica a justiça a um criminoso notório, sem lhe garantir amplo direito de defesa. O que poderia ser um exemplo de julgamento rigoroso, ético, imparcial (até onde é possível ser imparcial no processo contra um monstro), tornou-se um evento midiático com explícito viés político. A esse respeito, escreve a autora:

O que logo se comprovou é que Israel era o único país do mundo em que testemunhas da defesa não podiam ser ouvidas, e onde certas testemunhas de acusação, aquelas que já haviam dado declarações em julgamentos anteriores, não podiam ser interrogadas pela defesa. E isso era mais sério ainda porque o acusado e seu advogado não estavam, de fato, "em posição de obter seus próprios documentos de defesa".(O dr. Servatius havia apresentado 110 documentos contra quinhentos apresentados pela acusação, mas dos primeiros apenas cerca de uma dúzia eram originais da defesa, e consistiam em parte excertos dos livros de Poliakov e Reitlinger, todo o resto, com exceção das dezessete tabelas traçadas por Eichmann, havia sido escolhido do abundante material reunido pela acusação e pela polícia de Israel. Evidentemente, a defesa recebeu as migalhas da mesa do rico. (Arendt, 2013: 241-242).

O julgamento de Eichmann sofreu inúmeras críticas e muitas delas devido exatamente à assim chamada supervalorização do testemunho como meio de prova, porque como se sabe, o Direito e a historiografia tradicional sempre preferiram confiar nos documentos – enquanto a testemunha está sujeita à parcialidade, ao perjúrio, portanto à mentira, ao erro pela falha na lembrança; já o documento, conforme coloca Robert Jackson, juiz do Tribunal de Nuremberg, possibilitaria uma leitura objetiva – um veredito definitivo para a história. Essa é a visão tradicional:

Os documentos não poderiam ser acusados de parcialidade, esquecimento ou invenção, e dariam o alicerce não apenas para a orientação imediata do tribunal, mas para o veredito definitivo da história. (Apud FELMANN, 2014, p. 188, 189).

Entre as apontadas "falhas" do julgamento de Eichmann pela escolha do testemunho das vítimas está justamente esse fato de que a principal testemunha colapsou, ficou muda e não cumpriu sua função, o que para Hannah Arendt denotou o fracasso jurídico do Tribunal como um todo. Já para Felmann, uma autora que busca entender a questão da verdade a partir da elaboração do elemento traumático

na nossa cultura, refletindo especialmente acerca do Direito e da Literatura, a “falha jurídica” dessa testemunha teve um poder de transmissão do trauma, do ponto de vista jurisprudencial e cultural, muito mais importante do que qualquer fala bem articulada e racional.

Entre os tantos argumentos arrolados por Hannah Arendt em sua contumaz crítica ao Julgamento de Eichmann apresentada na polêmica obra *Eichmann em Jerusalém*, a autora destaca esse fato emblemático, apontando que a escolha de uma testemunha célebre e de projeção internacional no campo literário fazia parte do projeto da acusação em transformar o tribunal num “teatro da justiça”, o que tanto a incomodava. Para ela, esse escritor conhecido estava ávido para aparecer em público e “roubar” a cena, atraindo para si os holofotes, quando, subitamente “magoado”, decepcionado por ser afrontado, questionado e interrompido, desmaia:

(...) a acusação chamou um escritor, bem conhecido de ambos os lados do Atlântico, sob o nome de K-Zetnik ... como autor de diversos livros sobre Auschwitz que tratavam de bordeis, homossexuais e outras “histórias de interesse humano”. Ele começou, como fazia em muitas de suas aparições públicas, com uma explicação do nome que adotou ... Ele prosseguiu com uma breve incursão pela astrologia: a estrela que “influencia nosso destino da mesma forma que a estrela de cinzas de Auschwitz continua lá, encarando nosso planeta, irradiando para o nosso planeta”. E quando ele chegou ao “poder antinatural sobre a Natureza” que o havia mantido até então, e fez uma primeira pausa para respirar, até o Sr. Hausner sentiu que era preciso tomar alguma atitude quanto a esse “testemunho” e, muito tímido, muito polido, interrompeu: “Será que eu poderia fazer algumas perguntas, se o senhor concordar?”. Diante do que o juiz presidente resolveu aproveitar a oportunidade: “Sr. Dinoor, por favor, por favor, escute o que o Sr. Hausner e eu vamos dizer”. Em resposta, a decepcionada testemunha, talvez profundamente magoada, desmaiou e não respondeu a mais nenhuma pergunta. (ARENDR, 1999, p. 244-245).

Essa cena foi de fato inúmeras vezes repetida, se tornando um símbolo do julgamento e também um símbolo da impossibilidade de se extrair uma “verdade jurídica” ou uma “verdade histórica” sobre a tragédia. O impactante desmaio dessa testemunha, que tinha como função “dar voz aos seis milhões de mortos”, ocorreu logo após a sua “qualificação jurídica”, no momento em que ele tinha que dar o seu “nome verdadeiro” e responder “objetivamente” às perguntas do promotor. Mas, o escritor, quem tanto discorreu sobre a experiência de Auschwitz, não suportou o testemunho objetivo dos fatos, das datas, nomes e descrições. Essa cena chocante é de extrema relevância assim para se pensar a questão central aqui colocada acerca da equação entre verdade e Direito.

Em 15 de dezembro, a corte deu o veredicto e a sentença de Eichmann: morte por enforcamento. Na noite de 31 de maio de 1962, Eichmann estava calmo. Chegou a pedir uma taça de vinho e recusou o capuz que o carrasco lhe ofereceu. O jornalista Rudolf Küstermeyer, que testemunhou a execução e reproduziu suas últimas palavras, poucos minutos antes da meia-noite, já de pé no cadafalso: “Longa vida à Alemanha. Longa vida à Áustria. Longa vida à Argentina. Esses são os três países com os quais tive laços mais próximos. Eu não os esquecerei. Cumprimento minha mulher, filhos e amigos. Foi exigido de mim obedecer as leis da guerra e da minha bandeira. Eu estou preparado”. Foi a primeira e até hoje única execução na história de Israel. O corpo foi cremado e as cinzas, espalhadas no mar Mediterrâneo, em águas internacionais. Fora, portanto, do território israelense.

5.2 A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO: REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

Arendt ao afirmar que “a captura do fugitivo e a divulgação pública dos seus crimes num julgamento lembraria ao mundo as atrocidades nazistas e a necessidade de manter a vigilância contra qualquer grupo que pretendesse repeti-las”. Por isso, o governo israelense autorizou a entrada de jornalistas estrangeiros no país para televisionar ao vivo o julgamento para todo o mundo: aproximadamente 500 jornalistas, dos principais veículos de comunicação foram a Jerusalém, eram americanos, franceses, ingleses, suíços, alemães, jornalistas de todos os continentes, representando os mais importantes veículos de comunicação do mundo, de modo a garantir a visibilidade do espetáculo para todos.

Com a captura de Eichmann, a preocupação das autoridades judaicas era fazer a própria justiça, dar visibilidade ao caso e ao julgamento:

[...] desde a destruição de Jerusalém pelos romanos no ano 70, os judeus tinham a possibilidade de julgar crimes cometidos contra seu próprio povo. Pela primeira vez, não precisavam apelar a outros para proteção e justiça ou depender da comprometida fraseologia dos direitos do homem – direitos que, como ninguém sabia melhor que eles, só eram invocados por povos fracos demais para defender seus ‘direitos de homem branco’ e para impor suas próprias leis. (ARENDR, 1999, p. 294).

Eichmann seria o primeiro nazista a ser julgado pelo crime contra o povo judeu, em todos os julgamentos anteriores os criminosos responderam pelo crime contra a humanidade. No total, relata Bascomb (2010, p. 313), foram 15 denúncias contra Eichmann, “sempre com a intenção de ‘destruir o povo judeu’.”.

Transmitido ao vivo por dezenas de emissoras de televisão, o julgamento de Eichmann em Jerusalém teve início no dia 11 de abril de 1961; o réu ficou sentado ao lado de dois policiais israelenses, protegido por uma cabine de vidro a prova de balas enquanto ouviu mais de 100 testemunhas, duas mil provas e 3.500 páginas de protocolo da polícia israelense.

O mundo assistiu a um julgamento onde o réu dizia-se “inocente no sentido da acusação”, ouviu relatos de testemunhas que viveram nos campos de concentração e sobreviveram aos nazistas, teve acesso a inúmeros documentos minuciosamente detalhados e escritos pelos próprios alemães.

A repercussão não poderia ter sido maior: além de reavivar a discussão a respeito do Holocausto em todo o mundo, estimulou as denúncias de criminosos desaparecidos, Israel também pressionou outros países a iniciar os processos com seus nazistas presos, no entanto, o julgamento de Eichmann teve sua consequência de maior alcance na Alemanha.

Na visão de Guy Debord, por causa da presença do espetáculo, as sociedades modernas são caracterizadas pela alienação generalizada, ou seja, a sociedade encontra-se sob constante alienação. O tempo e o espaço deixaram de ser a sua configuração “natural” e se tornaram virtuais. As pessoas perderam a autenticidade nas suas formas de viver.

O espetáculo, de acordo com os pensamentos de Debord, atua como um agente de manipulação social e conformismo político. O autor compara a uma permanente Guerra do Ópio, que tem como finalidade embriagar a consciência dos atores sociais e fazer com que eles se identifiquem com as mercadorias que estão sendo oferecidas pela indústria cultural e venham a consumi-las.

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta da sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele. É por isso que o espectador não se sente em casa em lugar algum, pois o espetáculo está em toda parte (DEBORD, 1997: 24).

Permitir que mais de 500 jornalistas entrassem em Jerusalém com a finalidade de noticiar o julgamento para o mundo todo era a segurança dos

israelenses de que o Holocausto voltaria a receber a devida atenção histórica em todos os países ocidentais, uma oportunidade em ressuscitar os danos causados não apenas a população judaica, mas a centenas de milhares de outras pessoas, não poderia ser perdida. As notícias que se seguiram tomaram as capas dos principais jornais de todo o mundo, foi divulgado em programas de rádio e, principalmente, de televisão.

Televisar ao vivo o julgamento de Adolf Eichmann causou uma discussão em todo o mundo, fez com que a Alemanha procurasse e julgasse outros criminosos, trouxe de volta à cena a discussão sobre o nazismo, fez com que os alemães, os israelenses e o mundo todo refletissem sobre as atrocidades causadas por um governo totalitário, causou uma discussão para uma humanidade que não pode, de modo algum, esquecer que um dia houve o holocausto. Foi este julgamento que espalhou raízes na consciência cultural coletiva contemporânea para que o holocausto nunca mais seja esquecido.

CONCLUSÃO

Se formos analisarmos profundamente, todos os governos utilizaram, em algum momento, técnicas de comunicação, estivessem eles conscientes disso ou não, cujo objetivo era transmitir a imagem que lhes eram úteis. Não foi diferente com o governo dos militares. O que ocorreu no Brasil naquele momento, em questão estratégica de comunicação, foi o início, notoriamente visível, de uma agência responsável em trabalhar a imagem de um governante, coisa que no passado não havia um departamento específico para isso.

A partir desse momento, os profissionais de Relações Públicas obtiveram um destaque maior na sociedade, embora trabalhassem nos bastidores para seus assessorados. De fato, o governo Médici obteve maior popularidade entre os militares, uma vez que teve sua imagem mais bem trabalhada do que os demais. Em um terreno fértil, cuja economia alavancava, conforme o cenário mundial capitalista estava em expansão, um evento mundial prestes a ocorrer como forma de distração de um povo, o então presidente obteve popularidade na nação brasileira.

Enquanto os departamentos de controle do Estado adotam a função de repreender e manipular as informações que permeiam o sistema social, a AERP dispõe a coordenar a política de comunicação social do governo, desmistificando, em seus princípios, os indicativos de propaganda autoritária, ao determinar o papel persuasivo como tarefa de motivar, formar e informar o cidadão brasileiro para corroborar com governo como representante das aspirações nacionais, exprimidas como participação coletiva para a conquista da democracia social e do desenvolvimento econômico-social pela via do trabalho ordeiro em nome da segurança nacional.

As controvérsias se o que ocorreu em 1964 foi golpe militar ou não ainda será palco para muita discussão no futuro. O que não se pode negar é que os profissionais de Relações Públicas teve uma importância fundamental na construção da imagem do governo militar. A partir desse momento, a profissão ganhou mais espaço e visibilidade para aqueles que querem ter sua imagem positiva, perante a opinião pública: o governo.

Podemos extrair, além disso, desse estudo, que a simplicidade de um homem comum (Adolf Eichmann), revela que a condição humana se não for norteadada por um conceito ético está sujeito a cometer as maiores atrocidades. No caso do personagem estudado, a inversão de valores perante o certo e o errado estava corrompido pelo sistema nazista, no qual introduziu nas mentes da sociedade alemã, a ideia que "o certo era fazer o errado", por esse motivo a Hannah Arendt escreveu esse conceito como sendo a banalidade do mal, visto que conceito de certo e errado já não era mais válido

A relevância deste estudo para o campo das Relações Públicas está associada, principalmente, aos conceitos éticos da profissão, uma vez que dependendo da situação em que se encontra o profissional poderá enfrentar uma crise ética, indo de encontro aos conceitos já estabelecidos pelo código de conduta ética da profissão. Neste caso, objetivo é fazer com que o profissional verifique análise e questione qualquer ordem superior para que não venha a entrar em conflito com os conceitos éticos, ou seja, para que o profissional não abandone os princípios éticos mesmo que isso custe algumas consequências.

Além disso, por intermédio desse estudo, podemos constatar que Eichmann, embora nunca houvesse matado nenhum Judeu, ele foi responsável pela morte dos mesmos. Isto se deu, devido a sua participação na logística do envio dos Judeus aos campos de concentração. Por esse motivo, o mesmo em seu julgamento imaginava ser inocente, uma vez que ele nunca houvesse matado ninguém e estava apenas "cumprindo ordens", o certo a se fazer seria aquilo naquele momento.

No entanto, brilhantemente Hannah Arendt vislumbra sobre essa situação ao descrever o conceito de "banalidade do mal", haja vista que os princípios ético-morais independem de lei ou códigos, pois a vida humana deve ser preservada. O conceito de vida antecede quaisquer manuais éticos ou leis que as defendam.

O estudo em si revela que a natureza de um homem comum, burocrata, no qual está cumprindo sua função, ensina-nos que independente das ordens que são dadas, as mesmas devem ser questionadas, para que não haja uma gravidade no cumprimento das suas funções, aos quais colocam em risco vidas de terceiros.

Pode o leitor imaginar que o caso comparativo de Eichmann é extremo para ser colocado como comparação na função de Relações Públicas Internacionais, todavia vale ressaltar que, embora esse extremo seja de fato realidade, Relações

Públicas já esteve na função, no passado, de cumprir determinadas ordens aos quais vão de encontro ao Código de Ética e Declaração Universal dos Direitos Humanos, a exemplo quando esteve ao lado dos militares para contribuir com a ditadura militar no Brasil. No cenário Internacional foi da mesma forma.

Por se tratar de uma função administrativa, Relações Públicas pode sofrer essa crise ética, uma vez que está na figura de representatividade de terceiros, ou seja, caso a instituição, órgão que o profissional esteja representando de tenha um desvio ético, cabe ao profissional verificar no código de conduta ética do seu país e verificar se sua representação afetará ou não a decisão de permanecer defendendo os interesses daqueles que lhes contrataram.

REFERÊNCIAS

- BASCOMB, Neal. Caçando Eichmann. Trad: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 10.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BRÊA, Maria Elizabeth. Os presidentes e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- BRITO, O discurso do regime militar brasileiro durante a copa do mundo de 1970, disponível em http://www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id_texto=58 acesso em 25/04/2020
- CABESTRÉ, Aparecida, Contextualizando as Relações Públicas como atividade do campo profissional, II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999;
- CHOMSKY, Noam, Mídia [livro eletrônico]: propaganda política e manipulação / Noam Chomsky ; tradução Fernando Santos. -- São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- HUNT, L. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JUDT, Tony. Pós-guerra: uma história a Europa desde 1945. Tradução de José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KELLNER, Douglas. Cultura da Mídia. 1 Ed. Da Universidade do Sagrado Coração, 2001
- KONRAD, Letícia Regina. EICHMANN EM JERUSALÉM E A BANALIDADE DO MAL: PERCEPÇÕES NECESSÁRIAS PARA A URGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Revista Caderno Pedagógico, [S.l.], v. 11, n. 2, dez. 2014.
- LATTIMORE, D. Relações Públicas: profissão e prática. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- LIMA e FILHO, O Conceito de Aldeia Global de McLuhan Aplicado ao Webjornalismo, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009,

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil*. São Paulo. Martin Claret, 2009.

HOBBS, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90.

Apresentação de Rubens Ricupero a: Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro; Brasília: Funag, 2017, 1º vol., p. 8.

MARINHO, os meios de comunicação e sua influência na sociedade atual, II Congresso Nacional de Educação, 14 a 17 de outubro de 2015 - Campina Grande - PB.

MATOS, Governo Médici: discurso oculto na comunicação institucional. In:

PEIXOTO, *História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área*, 2008

NAPOLITANO, *1964: história do regime militar brasileiro*, 2014

NASSAR, Paulo, *Difusão, Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações*, São Caetano do Sul-SP, 2007.

SCHWANITZ, Dietrich, *Cultura geral: tudo que você deve saber*, 2ª ed – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.361-389, jan/jun 2012

VIDIGAL, *Futebol e nacionalismo na revista Veja*, 2011

VILLA, *Ditadura à brasileira: 1964-1985: A Democracia Golpeada à Esquerda e à Direita*, 2014

VILELA, *Futebol e regimes militares: O futebol nas ditaduras brasileira e argentina*, disponível em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/futebol-e-regimesmilitares-o-futebol-nas-ditaduras-brasileira-e-argentina.htm> acesso em 25/04/2020

VILLELA, *Copa e jingles: na ditadura, ‘Pra frente Brasil’ marcou seleção do tri no México*, disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/copa-jingles-naditadura-pra-frente-brasil-marcou-selecao-do-tri-no-mexico-12531642> acesso em 25/04/2020

(ANEXOS)

ANEXO I



Assinatura da Carta das Nações Unidas em 24 de outubro de 1945

Aproximadamente 2 mil pessoas, representantes de 51 países, estiveram presentes para testemunhar o nascimento de uma organização que visava "manter a paz como base de uma cooperação internacional"

ANEXO II



Oswaldo Aranha, Chanceler do Brasil e presidente da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que deu seu apoio à decisão da ONU pela partilha da Palestina em 1947, que levou à criação do Estado de Israel.

ANEXO III



Tribunal de Nuremberg (1945-1946)

ANEXO IV



Adolf Eichmann - SS-Obersturmbannführer



Julgamento de Eichmann em Jerusalém (1961)

ANEXO V



Yehiel De-Nur (K-Zetnik) - sobrevivente do Holocausto, escritor Polonês, desmaiou em testemunho no julgamento de Adolf Eichmann.

ANEXO VI



Hannah Arendt durante o julgamento de Adolf Eichmann.

ANEXO VII



Rafi Eitan, chefe do Mossad e responsável por comandar a operação que capturou Adolf Eichmann.

ANEXO VIII



Juízes do julgamento de Eichmann: Benjamin Halevy, Moshe Landau e Yitzhak Raveh

ANEXO IX



Judeus identificados com a “estrela amarela”.

ANEXO X



Auschwitz, um dos mais conhecidos campo de concentração Nazista.